



Governo do
Estado de Alagoas

ISSN 2237-5740



Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas Jan-jun/2011

v.12 n.26

2012

Secretaria de Estado
do Planejamento e
do Desenvolvimento Econômico

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS

CONJUNTURA ECONÔMICA DO
ESTADO DE ALAGOAS

Jan-Jun/2011

v.12 n.26

Maceió
2012

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador - Teotonio Brandão Vilela Filho

Vice - Governador - José Thomaz Nonô Netto

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - Seplande

Secretário de Estado- Luiz Otavio Gomes

Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Orçamento – José Cândido do Nascimento

Chefe de Gabinete – Rafaelle Novais

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO Superintendente – Thiago José Tavares Ávila

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor – Lucas André Ajala Sorgato

EQUIPE TÉCNICA

Anderson Henrique dos Santos Araujo

Cícera Dinalva Matos Dantas

Marcia Núbia Barbosa Lopes

Rosângela Maria de Melo My

Silvéte de Albuquerque Nogueira

ESTAGIÁRIO

Mayanna Hora Juca

EDITOR

Natallya de Almeida Levino

EQUIPE DE REVISÃO

José Candido do Nascimento

Roberson Leite Silva Júnior

Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Thiago José Tavares Ávila

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Coordenador de Comunicação –Guilherme

Lamenha

Assessor de Comunicação -Lucas Lisboa

Designer Gráfico- Thales França

NORMALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida

Gerente – Elisabete Maria Monteiro de Souza

NOTA EXPLICATIVA: a publicação teve início em 1998, como trimestral, passando em 2002, a ser semestral. Em 2005 tornou-se anual, retornando em 2012 a periodicidade semestral.

CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS é uma publicação anual da Seplande/AL. Disponível para consultas e *download* no site <http://www.seplande.al.gov.br>. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Bibliotecária Responsável: Maria Gorileide P. de Oliveira – CRB-4/1524

Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas. Ano 12, nº 26 (1998)-.

-Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2012.

v.: il Color.; 21cm

Anual

Período: Jan-Jun/2011

Continuação de: Informativo Conjuntural

ISSN 2237-5740

1. Economia – Alagoas. 2. Estatística – Alagoas

CDU 31: 33(813.5)



Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico –
Seplande

R. Dr. Cincinato Pinto, 503 - Centro - Maceió-Alagoas

CEP.: 57020-050 - Fone: (82) 3315-1504 - Fax: (82) 3315-1525

<http://www.seplande.al.gov.br>

biblioteca@seplande.al.gov.br

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - Seplande, por meio da Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (Sinc), apresenta a 26ª edição da Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas, a qual mostra a performance da economia alagoana no primeiro semestre de 2011. O estudo inclui pesquisas, análises setoriais, índices econômicos, infográficos e notas técnicas.

Esta publicação apresenta informações de curto prazo sobre os segmentos primário, secundário e terciário da economia local. Os dados referem-se às atividades agrícolas, com foco nas lavouras temporárias e permanentes, indústria, além de informações relativas ao turismo e transportes, comércio, energia, balança comercial e finanças públicas. O estudo aborda ainda o comportamento da produção, do consumo, das oscilações registradas no mercado de trabalho formal alagoano em 2011.

Estudos como este são de vital importância para expressar a dinâmica econômica de Alagoas, a fim de mostrar a situação da economia local no curto espaço de tempo. Ademais, este estudo tem o intuito de disponibilizar informações confiáveis para os investidores e consumidores que se interessem pelo território alagoano.

Em nome desta Seplande e de toda a equipe da área de informação, registro aqui os nossos agradecimentos às instituições e às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, seja no fornecimento de dados estatísticos ou na produção de textos que integram esta publicação.

Luiz Otavio Gomes
Secretário

Sumário

1. Atividade Agrícola.....	7
2. Indústria.....	21
3. Balança Comercial.....	28
4. Comércio.....	37
5. Operações de Crédito.....	48
6. Turismo.....	55
7. Mercado de Trabalho.....	59
8. Finanças Públicas.....	64
9. Considerações Finais.....	72

1. Atividade Agrícola

1.1 - Brasil

O levantamento da safra 2010/2011, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), mostra que o Brasil apresentou um aumento de (4,4%) na área cultivada com grãos, que deverá ser de aproximadamente 49,5 milhões de hectares e 2,1 milhões de hectares superiores à da safra passada. O crescimento está relacionado à ampliação da área plantada que teve o objetivo de recuperar o que foi perdido da safra anterior, uma vez que a precipitação pluviométrica em nível abaixo da média em 2010 ocasionou quedada produtividade na safra 2010/2011 dentre as principais regiões produtoras.

As culturas que obtiveram maiores destaques no crescimento foram as de algodão, feijão e milho, com acréscimos de 555 mil hectares (66,4%), 263,5 mil hectares (7,4%) e 608,2 mil hectares (4,7%) respectivamente.

Tabela 1
Comparativo de área, produtividade e produção de grãos
Brasil - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011

Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011	
Norte	1.647,4	1.754,5	6,5	2.511	2.697	7,4	4.137,3	4.731,6	14,4
Nordeste	7.579,3	8.522,3	12,4	1.580	1.903	20,4	11.973,5	16.214,9	35,4
Centro-Oeste	15.936,8	16.835,3	5,6	3.289	3.309	0,6	52.408,2	55.707,9	6,3
Sudeste	4.750,7	4.735,6	-0,3	3.646	3.396	1,4	17.323,2	17.500,4	1,0
Sul	17.501,5	17.650,4	0,9	3.623	3.847	6,2	69.412,7	67.896,8	7,1
Brasil	47.415,7	49.498,1	4,4	3.148	3.274	4,0	149.254,9	162.051,7	8,6

Fonte: CONAB, 2011 d.

Elaboração: Seplande - Sinc

Em relação ao algodão, este foi o produto que mais cresceu na safra 2010/2011 no Brasil. Comparando à safra 2009/2010, houve um aumento de (64,0%). O bom desempenho teve contribuição do significativo aumento da área plantada que subiu de 840 mil hectares para 1,4 milhão de hectares, registrando uma alta de (67,6%). Esse aumento de produção vem sendo estimulado pela forte alta do preço do algodão em pluma, devido à expressiva redução dos estoques mundiais.

No cenário nacional, os preços do algodão em pluma se retraíram desde as duas últimas semanas de maio em 2011, devido à demanda menor por parte das indústrias e ao

interesse dos produtores de algodão em diminuir os últimos lotes da safra passada. Alguns compradores da matéria-prima possuíam estoques de fios suficientes para abastecer suas atividades em curto prazo, pretendendo voltar apenas na disponibilização de alguns lotes da nova temporada.

Não houve perspectiva de crescimento dos estoques de fios para 2011, os quais foram suficientes em curto prazo. Os compradores de fios alegaram que devido à redução dos preços da pluma do algodão, o preço do manufaturado desvalorizou-se, desestimulando as fiações que seguem com problemas de escoamento do produto.

Tabela 2
Algodão em Caroto - Comparativo de área, produtividade e produção
Brasil - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011

Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var	Safra		Var	Safra		Var
	2009/2010	2010/2011	%	2009/2010	2010/2011	%	2009/2010	2010/2011	%
Norte	4,0	5,5	37,5	3.450	3.527	2,2	13,8	19,4	40,6
Nordeste	288,3	451,6	56,6	3.768	3.806	1,0	1.086,2	1.719,0	58,3
Centro-Oeste	523,4	882,6	68,6	3.562	3.762	5,6	1864,6	3.319,9	78,0
Sudeste	19,9	49,7	149,7	3.638	3.793	4,2	72,4	188,5	160,4
Sul	0,1	1,3	1.200,0	2.000	2.462	23,1	0,2	3,2	1.500,0
Brasil	835,7	1.390,7	66,4	3.634	3.775	3,9	3.037,2	5.250,0	72,9

Fonte: CONAB, 2011 d.
 Elaboração: Seplande - Sinc

No Brasil, a área plantada com feijão foi estimada em 3,9 milhões de hectares, com crescimento de (7,3%) em relação a última safra. Dos fatores mais apontados para essa variação sobressaíram os elevados preços praticados no final da safra anterior.

Estima-se que a produção atinja 3,8 milhões de toneladas, o que corresponde a uma alta de (14,3%) em relação à safra 2009/2010, pois, além do aumento da área plantada, a cultura contou com condições climáticas favoráveis na safra 2010/2011 que deverão resultar na elevação da produtividade e poderá alcançar 981 kg/ha.

Devido à redução da oferta no mercado interno, os preços do feijão, praticados em 2010, atingiram um patamar elevado, mostrando um comportamento mais firme. Este ano, as condições climáticas têm proporcionado um excelente desenvolvimento da cultura e ampliado significativamente à oferta. Nesse contexto, os preços recuaram no primeiro semestre de 2011.

Tabela 3
Feijão Total - Comparativo de área, produtividade e produção
Brasil - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011

Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011	
Norte	143,0	141,6	-1,0	573	764	33,4	81,9	108,2	32,1
Nordeste	1.843,6	2.045,6	11,0	379	512	35,2	698,1	1.047,5	50,1
Centro-Oeste	257,7	376,2	46,0	1.914	1.581	-17,4	493,2	594,8	20,6
Sudeste	626,5	595,2	-5,0	1.552	1.614	4,0	972,1	960,4	-1,2
Sul	738,0	713,7	-3,3	1.460	1.522	4,3	1.077,2	1.086,2	0,8
Brasil	3.608,8	3.872,3	7,3	921	981	6,5	3.322,5	3.797,1	14,3

Fonte: CONAB, 2011 d.
 Elaboração: Seplande - Sinc

A produção total de milho subiu (2,7%) na safra 2010/2011 em relação à safra 2009/2010, totalizando 57 milhões de toneladas. A área plantada chegou a 13,8 milhões de hectares, um aumento de (6,5%). O resultado positivo é fruto da boa desenvoltura do cultivo do milho na maioria dos estados produtores.

Tabela 4
Milho Total (1° e 2° safras) - Comparativo de área, produtividade e produção
Brasil - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011

Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011	
Norte	514,0	538,7	4,8	2.503	2.763	10,4	1.286,5	1.488,3	15,7
Nordeste	2.648,7	3.070,0	15,9	1.613	2.015	24,9	4.273,6	6.185,7	44,7
Centro-Oeste	3.723,3	3.819,9	2,6	4.541	4.372	-3,7	16.906,8	16.700,0	-1,2
Sudeste	2.113,3	2.098,1	-0,7	5.071	5.188	2,3	10.715,6	10.884,4	1,6
Sul	3.994,6	4.075,4	2,0	5.717	5.365	-6,2	22.835,6	21.864,5	-4,3
Brasil	12.993,9	13.602,1	4,7	4.311	4.200	-2,6	56.018,1	57.122,9	2,0

Fonte: CONAB, 2011 d.
 Elaboração: Seplande - Sinc

A cultura da soja cresceu (9,2%), quando comparada à safra 2009/2010. A produção recorde mantém o ritmo de crescimento das últimas safras, registrando 75 milhões de toneladas. A área plantada foi ampliada em (3,0) % e as condições climáticas foram favoráveis ao desenvolvimento da cultura, o que resultou num incremento de (6,1%) da produtividade.

Apesar da ocorrência de atraso no cultivo, causado pelas condições climáticas, isso não comprometeu o bom desenvolvimento da lavoura, havendo estimativa de safra recorde, o que garantiu mais estabilidade no preço da soja no mercado interno no início do segundo semestre de 2011.

Tabela 5
Soja - Comparativo de área, produtividade e produção
Brasil - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011

Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011	
Norte	574,9	634,8	10,4	2.943	3.060	4,0	1.691,7	1.942,6	14,8
Nordeste	1.861,7	1.940,2	4,2	2.852	3.229	13,2	5.309,5	6.264,2	18,0
Centro-Oeste	10.539,2	10.817,5	2,6	2.997	3.125	4,3	31.586,7	33.804,7	7,0
Sudeste	1.591,2	1.632,1	2,6	2.801	2.764	-1,3	4.457,6	4.511,6	1,2
Sul	8.900,9	9.133,5	2,6	2.881	3.122	8,4	25.642,7	28.516,2	11,2
Brasil	23.467,9	24.158,1	2,9	2.927	3.106	6,1	68.688,2	75.039,3	9,2

Fonte: CONAB, 2011 d.

Elaboração: Seplande - Sinc

A segunda estimativa¹ da safra 2011 de café prevê que a área destinada à produção desta cultura totalize 2.057,8 mil hectares. Comparada à safra de 2010, a área cultivada com café sofrerá redução de 18,8 mil hectares, correspondente a (0,9%) da área total.

Para a safra 2011, estima-se uma produção de 43,5 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, (9,5%) inferior à da safra 2010, consequência da menor produção da modalidade arábica, que baixou de 36,8 milhões de sacas com 60 kg para 32,2 milhões. Na safra 2011, o café arábica deverá representar (73,9%) do total de café beneficiado no país.

Vale ressaltar que o ano safra 2010/2011 de café no Brasil foi o maior de toda a história do produto no país em termos de volume e receita de exportação. Segundo informações do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, houve um crescimento de (65,0%) na receita cambial, que nesta safra atingiu US\$ 7,399 bilhões, se comparada com a da safra 2009/2010, que foi de US\$ 4,496 bilhões. O volume de café exportado também apresentou um aumento de (17,0%), registrando 34.922.644 sacas, contra 29.782.671 sacas na safra anterior.

¹(CONAB, 2011b)

Tabela 6
Café Beneficiado - Comparativo de área, produtividade e produção
Brasil - Safras 2010 e 2011

País	Área (ha)			Produção (mil sacas beneficiadas)						Var. Total %
	Safra		Var. %	Safra 2010			Safra 2011			
	2010	2011		Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Brasil	2.076.625	2.057.775	-0,9	36.824,1	11.270,7	48.094,8	32.181,8	11.361,4	43.543,2	-9,5

Fonte: CONAB, 2011 d.
 Elaboração: Seplande - Sinc

A produção nacional de cana-de-açúcar moída pela indústria sucroalcooleira no ciclo 2010/2011 chegou a 624,99 milhões de toneladas. O número é recorde e representa aumento de (3,4%) na produção total na comparação com o ciclo 2009/2010.

O aumento da produção se deve ao crescimento de área e às novas usinas em operação em alguns estados do Centro-Sul, além do bom regime de chuvas no ano passado. Por outro lado, a produtividade média caiu (4,60%) sobre a safra anterior, passando a 77,8 toneladas por hectare. O principal motivo é a estiagem nas áreas produtivas daquela região, de abril a novembro de 2010.

No mercado nacional, os preços do açúcar sofreram queda no primeiro semestre, devido à aceleração do ritmo da produção de açúcar no estado de São Paulo, aumentando a oferta interna do açúcar cristal.

Para o início do primeiro semestre de 2011, os preços do etanol experimentaram crescimento, por causa da entressafra da cana-de-açúcar. Porém, no início de maio, o produto foi cotado em baixa nos principais mercados. Essas reduções são explicadas, em parte, pela entrada de novas usinas no mercado. Os preços do etanol foram baixos em grande parte dos principais estados do país. De acordo com o Indicador Mensal Cepea/Esalq, em maio de 2011 o preço do álcool anidro diminuiu (3,8%) em Alagoas e (41,9%) em São Paulo, elevando-se (3,4%) em Pernambuco, frente ao mês anterior. O hidratado sofreu, também, redução de (2,0%) em Alagoas e de (27,6%) em São Paulo.

Tabela 7
Cana-de-açúcar - Comparativo de área, produtividade e produção
Brasil - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011

Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011	
Norte	17,2	19,5	13,2	57.670	70.889	22,9	991,6	1.380,2	39,2
Nordeste	1.082,6	1.100,6	1,7	56.049	57.159	2,0	60.677,2	62.909,8	3,7
Centro-Oeste	940,3	1.202,5	27,9	82.354	79.956	-2,9	77.435,9	96.149,1	24,2
Sudeste	4.832,6	5.126,9	6,1	86.881	82.030	-5,6	419.857,7	420.561,1	0,2
Sul	537,0	584,0	8,8	84.827	75.325	-11,2	45.551,3	43.990,8	-3,4
Brasil	7.409,6	8.033,6	8,4	81.585	77.798	-4,6	604.513,6	624.991,0	3,4

Fonte: CONAB, 2011 d.

Elaboração: Seplande - Sinc

1.2 - Nordeste

No que se refere ao Nordeste, de acordo com o décimo levantamento da safra 2010/2011, realizado pela CONAB, o período chuvoso se apresentou como satisfatório em grande parte da região, beneficiando, principalmente, as culturas de milho e feijão.

No oeste baiano e no sudoeste piauiense, o clima favorável contribuiu para o bom desenvolvimento da cotonicultura², com perspectiva de elevados índices de produtividade. A previsão leva a um excelente desempenho na produção, obtendo-se um acréscimo de 4.241 mil toneladas, ou (35,4%) na área plantada e um aumento de 943 mil hectares, ou (12,4%). Na produtividade registra-se uma variação de (20,4%). Os maiores incrementos de produção e produtividade na região são observados na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará, os quais enfrentaram condições climáticas desfavoráveis na safra anterior.

²Cultura do Algodão

Tabela 8
Comparativo de área, produtividade e produção de grãos
Nordeste - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011

UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011	
Maranhão	1.450,8	1.564,6	7,8	1.697	2.181	28,5	2.461,7	3.411,7	38,6
Piauí	1.010,8	1.138,0	12,6	1.370	2.096	53,0	1.384,4	2.385,2	72,3
Ceará	1.059,6	1.201,6	13,4	318	940	195,6	336,6	1.129,9	235,7
Rio Grande do Norte	79,3	158,2	99,5	363	764	110,5	28,8	120,9	319,8
Paraíba	146,6	366,6	150,0	74	557	652,7	10,9	204,1	1.772,5
Pernambuco	557,2	589,8	5,9	436	538	23,4	243,1	317,3	30,5
Alagoas	125,2	128,7	2,8	750	708	-5,6	93,9	91,1	-3,0
Sergipe	232,6	264,8	13,8	3.484	4.163	19,5	810,4	1.102,4	36,0
Bahia	2.917,2	3.110,0	6,6	2.264	2.396	5,8	6.603,7	7.452,3	12,9
Nordeste	7.579,3	8.522,3	12,4	1.580	1.903	20,4	11.973,5	16.214,9	35,4

Fonte: CONAB, 2011 d.

Elaboração: Seplande - Sinc

O Nordeste segue com previsão de significativo aumento na produção do Algodão, com um acréscimo da ordem de (58,3%) em comparação à safra de 2009/2010, chegando a alcançar 1,7 milhão de toneladas na safra de 2010/2011 e um aumento de (56,6%) na área cultivada, utilizando 451,9 mil hectares.

Os produtores localizados nas áreas de cerrado do Piauí, do Maranhão e da Bahia deverão experimentar os maiores incrementos na produção com: (204,9%), (57,5%) e (55,4%), respectivamente. Há esperança de que os estados nordestinos, exceto Pernambuco, apresentem crescimento na produção do algodão.

Tabela 9
Algodão em Caroço - Comparativo de área, produtividade e produção
Nordeste - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011

UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011	
Maranhão	11,3	18,1	60,2	3.814	3.751	-1,6	43,1	67,9	57,5
Piauí	5,9	16,8	185,0	3.458	3.702	7,1	20,4	62,2	204,9
Ceará	2,7	2,8	3,7	741	786	6,1	2,0	2,2	10,0
Rio Grande do Norte	3,0	3,9	30,0	500	641	28,2	1,5	2,5	66,7
Paraíba	0,5	2,3	360,0	200	1.000	400,0	0,1	2,3	2.200,0
Pernambuco	2,5	0,8	-68,0	600	750	25,0	1,5	0,6	-60,0
Alagoas	1,6	1,6	0,0	313	375	20,0	0,5	0,6	20,0
Bahia	260,8	405,3	55,4	3.900	3.900	0,0	1017,1	1580,7	55,4
Nordeste	288,3	451,6	56,6	3.768	3.806	1,0	1086,2	1719,0	58,3

Fonte: CONAB, 2011 d.

Elaboração: Seplande - Sinc

Em relação à safra anterior, espera-se, na região Nordeste, um aumento de (11,0%) na área plantada do feijão. O plantio da cultura apresentou condições climáticas bastante favoráveis que deverão resultar na recuperação da produtividade média, estimada em 512 kg/ha e (35,1%) superior à da safra 2009/2010. Desse modo, espera-se um incremento de (50,1%) na produção nordestina de feijão, com destaque para a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Piauí e o Ceará.

Vale ressaltar que em 2010, houve uma redução da oferta do produto no mercado interno, o que levou os preços a atingir um patamar elevado, mostrando um comportamento mais firme. Em 2011, a cultura vem apresentando um importante desenvolvimento e ampliando expressivamente a oferta, devido às condições climáticas favoráveis, o que levaram à redução do preço do feijão no primeiro semestre de 2011.

Tabela 10
Feijão Total - Comparativo de área, produtividade e produção
Nordeste - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011

UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011	
Maranhão	85,0	88,2	3,8	329	469	42,5	28,0	41,4	47,9
Piauí	213,8	236,6	10,7	159	416	160,8	34,1	98,4	188,6
Ceará	458,2	476,1	3,9	184	431	133,8	84,5	205,3	143,0
Rio Grande do Norte	31,8	71,5	125,0	252	565	124,6	8,0	40,4	405,0
Paraíba	73,0	184,0	152,0	51	401	691,3	3,7	73,8	1.894,6
Pernambuco	264,6	306,7	15,9	334	423	26,4	88,5	129,7	46,6
Alagoas	62,6	66,4	6,1	540	485	-10,2	33,8	32,2	-4,7
Sergipe	42,6	36,0	-16,0	636	800	25,8	27,1	28,8	6,3
Bahia	612,0	580,1	-5,2	638	685	7,4	390,4	397,5	1,8
Nordeste	1.843,6	2.045,6	11,0	379	512	35,2	698,1	1.047,5	50,1

Fonte: CONAB, 2011 d.

Elaboração: Seplande - Sinc

A expectativa para safra 2010/2011 do milho na região Nordeste é de significativo incremento na área plantada, o que deve corresponder a (15,9%) em relação à safra passada. Aliado às condições climáticas favoráveis, esse incremento proporcionará uma produtividade de 2.015 kg/ha ou (24,9%) superior ao observado na safra anterior, porém sendo inferior a média nacional de 4.200 kg/ha.

A produção foi estimada em 6,1 milhões de toneladas, o que leva a um incremento equivalente a (44,7%). Esse resultado só não será maior devido à opção dos produtores do oeste baiano pelo cultivo de algodão e soja. Em relação a Bahia, maior produtor nordestino de milho, estima-se uma queda na produção (0,2%), na área plantada (0,4%) e no rendimento (0,2%), prevendo-se uma colheita de 2,3 milhões de toneladas do grão.

Os incrementos mais significativos na área plantada, na produtividade e na produção deverão ocorrer na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará, no Piauí e em Sergipe, causado pela recuperação do plantio e da produtividade em relação à safra 2009/2010, afetada pela irregularidade das chuvas.

Tabela 11**Milho Total (1° e 2° safras) - Comparativo de área, produtividade e produção
Nordeste - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011**

UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011	
Maranhão	382,4	477,6	24,9	1.470	2.106	43,3	562,1	1.005,8	78,9
Piauí	309,9	350,8	13,2	1.141	2.016	76,7	353,6	707,2	100,0
Ceará	535,6	638,4	19,2	327	1.225	274,7	175,1	782,0	346,6
Rio Grande do Norte	87,0	73,6	-15,0	106	740	600,2	9,2	54,5	492,4
Paraíba	69,6	175,9	153,0	91	710	684,5	6,3	124,9	1.882,5
Pernambuco	272,5	273,9	0,5	461	640	38,9	125,6	175,3	39,6
Alagoas	58,0	57,7	-0,5	721	712	-1,2	41,8	41,1	-1,7
Sergipe	176,8	218,5	23,6	4.088	4.827	14,5	722,8	1.023,2	41,6
Bahia	806,9	803,6	-0,4	2.822	2.827	0,2	2.277,1	2.271,7	-0,2
Nordeste	2.698,7	3.070,0	15,9	1.613	2.015	24,9	4.273,6	6.185,7	44,7

Fonte: CONAB, 2011 d.

Elaboração: Seplande - Sinc

O Nordeste é a região com maior incremento em área plantada de soja no país, totalizando 1,9 milhão de hectares, (4,2%) maior que a safra 2009/2010. Beneficiada pelas boas condições climáticas, a produtividade deverá chegar a 3.226 kg/ha, (13,2%) maior que a safra anterior e superior à média nacional. A produção regional deverá chegar a 6,2 milhões de toneladas, registrando um aumento de (18,0%) em relação à safra antecedente.

Nos estados nordestinos produtores de soja, conforme tabela 12, houve incremento na produção, destacando o sul do Piauí com expressivos (33,2%) e o sul do Maranhão com (20,2%). A Bahia assegura a maior produtividade regional e nacional, igualando-se ao Paraná, com uma média de 3.360 kg/ha.

Tabela 12**Soja - Comparativo de área, produtividade e produção
Nordeste - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011**

UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011	
Maranhão	502,1	518,2	3,2	2.650	3.087	16,5	1.330,6	1.599,7	20,2
Piauí	343,1	378,1	10,2	2.531	3.060	20,9	868,4	1.157,0	33,2
Bahia	1.016,5	1.043,9	2,7	3.060	3.360	9,8	3.110,5	3.507,5	12,8
Nordeste	1.861,7	1.940,2	4,2	2.852	3.229	13,2	5.309,5	6.264,2	18,0

Fonte: CONAB, 2011 d.

Elaboração: Seplande - Sinc

A Bahia, maior pólo cafeeiro do Nordeste, estima um crescimento de (8,0%) na produção de café beneficiado, passando de 2,3 milhões de sacas para 2,5 milhões, resultado do incremento de (1,9%) na produção de café arábica e de (28,5%) na produção de café conilon na região do Planalto. Mesmo em ano de bienalidade³ negativa, a Bahia deverá obter bons resultados na safra 2011 de café, devido às condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da cultura e das novas lavouras de robusta (influenciada também pelo bom preço praticado na região).

Há previsão de crescimento de (3,7%) na produção de cana-de-açúcar para a Região Nordeste, decorrente do incremento de área plantada na Bahia (13,8%), no Ceará (17,8%) e em Maranhão (6,8%), assim como da melhora na produtividade em Alagoas (11,5%), Maranhão (8,1%) e Sergipe (0,2%). Na safra 2010/2011, a produção nordestina de cana-de-açúcar deverá totalizar quase 63 milhões de toneladas, sendo que Alagoas responderá por (42,5%), Pernambuco produzirá (29,8%) e a Paraíba participará com (8,5%).

Tabela 13
Cana-de-açúcar - Comparativo de área, produtividade e produção
Nordeste - Safra 2009/2010 - Safra 2010/2011

UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011		2009/2010	2010/2011	
Maranhão	39,39	42,10	6,8	56.090	60.610	8,1	2.209,40	2.551,70	15,5
Piauí	13,59	13,29	-2,3	74.600	62.973	-15,6	1.014,00	836,90	-17,5
Ceará	2,34	2,76	17,8	66.000	65.380	-0,9	154,40	180,40	16,8
Rio Grande do Norte	67,04	65,72	-2,0	51.799	45.560	-12,0	3.472,50	2.994,20	-13,8
Paraíba	115,54	111,80	-3,2	54.700	47.852	-12,5	6.320,00	5.349,90	-15,4
Pernambuco	321,40	346,82	7,9	55.400	54.160	-2,2	17.805,60	18.783,80	5,5
Alagoas	447,98	438,57	-2,1	54.700	61.000	11,5	24.504,50	26.752,80	9,2
Sergipe	37,90	36,99	-2,4	59.360	59.500	0,2	2.249,70	2.200,90	-2,2
Bahia	37,40	42,57	13,8	78.800	76.560	-2,8	2.947,10	3.259,20	10,6
Nordeste	1.082,58	1.100,62	1,7	56.049	57.159	2,0	60.677,20	62.909,80	3,7

Fonte: CONAB, 2011 d.

Elaboração: Seplande - Sinc

1.3 - Alagoas

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é produzido em Alagoas, aproximadamente, 500 hectares de abacaxi por ano, principalmente na microrregião de Arapiraca. Devido à queda do valor do fumo provocada pelo apelo em defesa

³Bienalidade de produção é caracterizada pela variação de anos com alta e baixa produção, esta sendo menor com o uso adoção sistemática diferenciado com adequado uso dos sistemas de poda.

da saúde em detrimento dos malefícios causados pelo consumo do cigarro, o cultivo do abacaxi passou a ganhar força nos últimos anos na região do Agreste alagoano.

Na safra do primeiro semestre de 2011 a cultura do abacaxi registrou uma queda na produção em relação ao mesmo período de 2010. O resultado deve-se, principalmente, a ocorrência de pragas e doenças nas plantações da fruta. Entretanto, o rendimento médio apresentou um desempenho positivo de (6,8%) em relação à safra de 2010, isso porque a qualidade do abacaxi que está sendo colhido nas roças que se espalham pelos municípios de Arapiraca, Limoeiro de Anadia e Coité do Nóia estão nos padrões de excelência que agradam aos compradores e consumidores finais. Desse modo, os preços acompanharam o padrão de qualidade e o aumento da procura pelo abacaxi de primeira linha cresceu, satisfazendo os produtores, vendedores e consumidores.

O algodão herbáceo é uma importante alternativa de cultivo para a região semiárida do Estado de Alagoas, onde estão localizadas a maioria das áreas de produção dessa cultura. No que se refere à safra do primeiro semestre de 2011, o algodão resultou num aumento de (3,3%) da produção em comparação a safra de 2010. Obteve também um desempenho positivo de (1,5%) no rendimento médio de 2010 para 2011. A atuação do produto é motivada pela boa produtividade proveniente das favoráveis condições climáticas ao plantio.

A produção do arroz apresentou uma variação negativa de (0,3%) quando comparada as safras 2010 e 2011. Em 2010 foram registradas 327 toneladas de arroz e, em 2011, 326 toneladas. A principal causa dos resultados negativos é o fato da produção de arroz está sendo maior do que a demanda. Para evitar maiores prejuízos, os agricultores do grão estão estocando e vendendo o produto a menores preços.

A produção de banana aumentou (14,5%) na safra de 2011 em comparação à safra de 2010, que obteve uma produção de 48.504 toneladas frente às 55.545 toneladas de 2011. Porém, no que se refere à área colhida, houve um decréscimo de (3,1%) na safra de 2011 em comparação a safra de 2010.

O ciclo 2010/2011 da cana-de-açúcar apontou um crescimento de (14,3%) em relação ao ciclo 2009/2010, mantendo o estado de Alagoas na 6ª posição no ranking nacional e 1º do Norte/Nordeste, dentre os maiores produtores do gênero. As usinas finalizaram a moagem beneficiando 29.391.886 toneladas de cana. As vinte unidades produtoras no Estado produziram 2.498.934 milhões de toneladas de açúcar e 715.357 milhões de litros de etanol. No entanto, a quantidade de ATR⁴ por tonelada de cana foi menor em 2,22 kg/tonelada de

⁴ Açúcar Total Recuperável

cana moída, ou seja, 133,10 kg/t no ciclo 2010/2011 contra 135,32 kg/t cana na safra 2009/2010. O bom resultado é devido ao clima favorável e aos investimentos tecnológicos nas usinas alagoanas.

A produção de coco-da-baía é praticada com maior incidência nos 230 km do litoral alagoano, mas com o avanço urbanístico ocorrido em todos os municípios, ela sofreu redução significativa. Este fato tem imposto as indústrias beneficiadoras instaladas no Estado a importarem o produto ou da Região Norte do País ou do Continente Africano. A produção de coco-da-baía em 2011 acusou uma variação negativa de (6,5%), passando de 58.928 toneladas em 2010 para 55.088 toneladas em 2011.

A cultura do feijão no Estado de Alagoas é explorada pelas unidades produtivas familiares constituídas, na sua maior parte, de pessoas de baixa renda, desprovida de recursos financeiros suficientes para desempenhar suas atividades, razão maior de sua dependência ao Setor Público.

Conforme dados fornecidos pelo IBGE, o comportamento da safra 2011 foi positivo de modo que houve um crescimento de (44,1%) da produção em relação à safra de 2010. Apesar da redução da área de cultivo, houve, por outro lado, um aumento da produtividade. Em 2011 o rendimento médio da cultura aumentou (16,7%) em relação a 2010.

De acordo com os dados do LSPA-IBGE para a produção de fumo no Estado de Alagoas, a safra 2011 do produto não apresentou desempenho positivo, onde ocorreu um decréscimo de (-8,6%) na produção passando de 20.193 toneladas em 2010 para 18.452 toneladas em 2011, assim como um decréscimo no rendimento médio de (-8,0%) saindo de 1.581 kg/ha em 2010 para 1.455 kg/ha em 2011.

Além de ser uma importante fonte de vitamina C, há 60 anos a laranja vem sendo cultivada em Alagoas, movimentando a economia local do Vale do Mundaú. Cerca de 2.500 agricultores familiares, distribuídos nos municípios de Branquinha, Ibateguara, São José da Laje, União dos Palmares e Santana do Mundaú, tornaram Alagoas o terceiro maior produtor de laranja do Nordeste e o maior produtor de laranja lima do país.

O APL⁵ da Laranja no Vale do Mundaú abrange cinco municípios localizados na Mesorregião do Leste Alagoano, possui cerca de 4.100 hectares e conta com 2.500 produtores familiares, organizados em associações e pela Cooplal⁶. O Arranjo Produtivo Local da Laranja no Vale do Mundaú ostenta uma produção de 112 mil toneladas por ano, com uma

⁵Arranjo Produtivo Local

⁶Cooperativa dos Produtores de Laranja Lima

renda anual de R\$ 13 milhões.

A safra 2011 da laranja obteve um decréscimo na produção correspondente a uma variação negativa de (0,3%) em relação à safra anterior, resultado das enchentes em cidades produtoras. A calamidade dificultou o escoamento da produção, com a destruição de pontes e rodovias, resultando numa queda abrupta no preço. Entretanto, houve um aumento de (1,4%) do rendimento médio, em 2010 registrou 10.900 Kg/ha e em 2011 registrou 11.051 Kg/ha.

A região Agreste do Estado de Alagoas conta com 26 mil pequenos produtores de mandioca. São aproximadamente 20 mil hectares utilizados para o plantio, com produtividade média de 18 toneladas por hectare. Em 2011, houve um aumento de (6,8%) do rendimento médio do produto. A produção da mandioca em Alagoas registrou um decréscimo de (5,4%), passando de 318.757 toneladas em 2010 para 301.703 toneladas em 2011.

No tocante a produção do milho, o Estado de Alagoas cultivou em 2010/2011 uma área de 57,2 mil hectares, com uma produção de 51,1 mil toneladas, conforme dados do levantamento da CONAB em novembro de 2011. Vários fatores contribuíram para a produtividade do milho, sendo os mais importantes à disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Tabela 14
Produção Agrícola do Estado de Alagoas

PRODUTOS	SAFRA 2010			SAFRA 2011 - Junho			VARIACIONES (%)		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área Colhida ou a Colher (ha)	Produção Obtida ou Esperada (t)	Rend. Médio Obtido ou Esperado (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)
Abacaxi	570	11.233	19.707	472	9.934	21.047	-17,2	-11,6	6,8
Algodão herbáceo (em caroço)	3.020	17.990	5.957	3.075	18.590	6.046	1,8	3,3	1,5
Arroz (em casca)	1.189	327	275	1.150	326	283	-3,3	-0,3	2,9
Banana	4.087	48.504	11.868	3.962	55.545	14.019	-3,1	14,5	18,1
Cana-de-açúcar	416.065	25.707.782	61.788	436.146	29.391.886	67.390	4,8	14,3	9,1
Coco-da-baía	12.768	58.928	4.615	12.476	55.088	4.416	-2,3	-6,5	-4,3
Feijão (em grão)	53.719	23.447	436	66.400	33.792	509	23,6	44,1	16,7
Fumo (em folha)	12.769	20.193	1.581	12.679	18.452	1.455	-0,7	-8,6	-8,0
Laranja	4.219	45.987	10.900	4.148	45.840	11.051	-1,7	-0,3	1,4
Mandioca	21.146	318.757	15.074	18.736	301.703	16.103	-11,4	-5,4	6,8
Milho (em grão)	46.480	32.763	705	57.664	41.102	713	24,1	25,5	1,1

Fonte: LSPA

Elaboração: Seplande – Sinc

2. Indústria

2.1 - Brasil

A Pesquisa Industrial Mensal (PIM), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual mede a produção física da indústria, apontou um crescimento de (1,7%) para o total da indústria brasileira no primeiro semestre de 2011 em comparação com mesmo período de 2010. Tal desempenho da atividade industrial refletiu em taxas positivas para a maioria das categorias de uso.

Entre as atividades industriais os veículos automotores mantiveram a liderança, com acréscimo de (6,2%). Cabe citar também os avanços assinalados em: outros equipamentos de transporte (12,5%), farmacêutica (6,4%), equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, ópticos e 11 outros (20,8%), minerais não metálicos (4,8%), indústrias extrativas (3,0%), máquinas e equipamentos (2,1%) e refino de petróleo e produção de álcool (2,0%). Nestes ramos, os principais itens responsáveis pelo desempenho positivo foram respectivamente: caminhões, veículos para transporte de mercadorias e caminhão-trator; aviões e motocicletas; medicamentos; relógios; ladrilhos e placas de cerâmica, cimentos “*portland*” e massa de concreto; minérios de ferro; partes e peças para máquinas de terraplenagem, motoniveladores e aparelhos carregadoras-transportadoras; e gasolina e óleo diesel.

As principais pressões negativas do semestre ficaram a cargo dos ramos de produtos têxteis, de outros produtos químicos, de bebidas e de alimentos, que apresentaram os seguintes resultados respectivamente: (-12,6%), (-2,4%), (-4,6%), (-1,3%). Os números negativos são influenciados em sua maioria pelos itens roupas de banho e tecidos de algodão; herbicidas para uso na agricultura; preparações em xarope e em pó para elaboração de bebidas; açúcar cristal e sucos concentrados de laranja, respectivamente.

Entre as categorias de uso, os resultados de janeiro a junho de 2011 confirmaram o maior dinamismo vindo do setor produtor de bens de capital, com um aumento de (6,5%). O valor é impulsionado pela maior produção dos subsectores de bens de capital para transporte e para construção civil. O segmento de bens de consumo duráveis, que expandiu (2,0%) em relação à igual período de 2010, também mostrou crescimento acima da média nacional, com expressivos (1,7%). A produção de bens intermediários avançou (1,2%) no fechamento do primeiro semestre de 2011, enquanto a de bens de consumo semiduráveis e não duráveis assinalou com uma ligeira variação positiva de (0,2%).

Tabela 15
Indicadores da produção industrial por categorias de uso
Brasil – Primeiro semestre de 2011

Categorias de Uso	Variações (%)			
	Junho/ Maio*	Junho 11 / Junho 10	Acumulado no Ano	Acumulado nos Últimos 12 meses
Bens de Capital	-1,9	6,2	6,5	10,0
Bens Intermediários	-1,6	0,1	1,2	3,7
Bens de Consumo	-2,0	-0,9	0,6	1,8
Duráveis	-0,5	0,4	2,0	2,0
Semiduráveis e não Duráveis	-2,4	-1,3	0,2	1,7
Indústria Geral	-1,6	0,9	1,7	3,7

Fonte: IBGE

Elaboração: Seplande - Sinc

*série com ajuste sazonal

De janeiro a junho de 2011, a atividade industrial obteve alta de (1,8%), com dezessete das vinte e sete atividades pesquisadas apresentando resultados positivos. As maiores contribuições vieram de outros equipamentos de transporte, veículos automotores, farmacêutica e refino de petróleo e produção de álcool, que assinalaram saldos positivos de (12,5%), (6,9%), (6,6%) e (3,6%), respectivamente. Por outro lado, as principais influências negativas foram apresentadas pela a indústria têxtil (-11,9%), bebidas (-3,7%), outros produtos químicos (-3,3%) e alimentos (-1,0%).

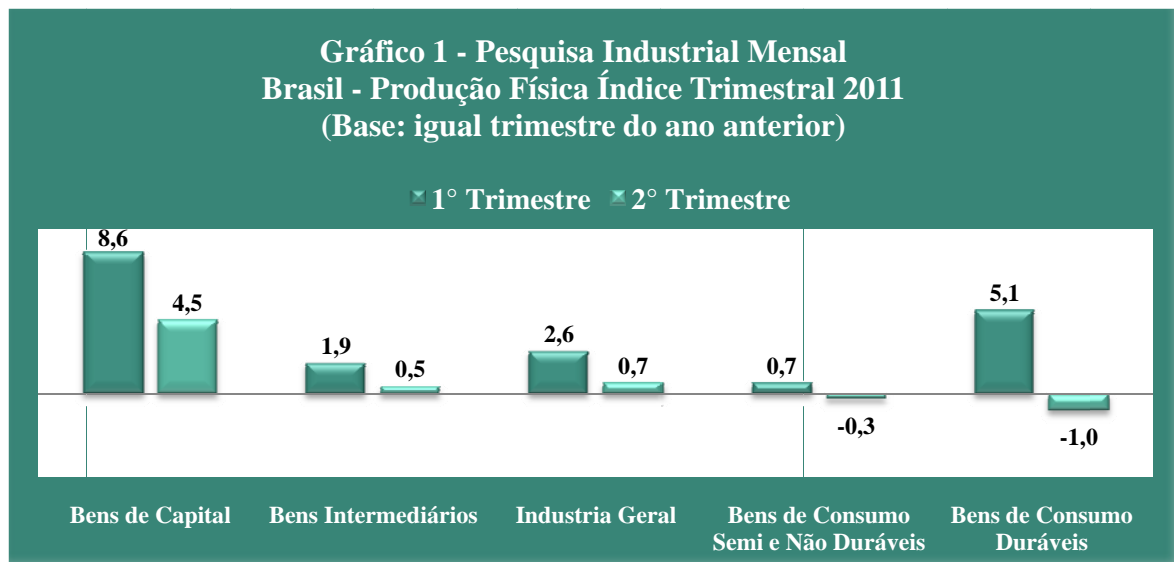
As oscilações da atividade industrial nos seis primeiros meses do ano produziram pequena variação do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). Segundo Informações da Fundação Getúlio Vargas (FGV), houve uma estabilização desse indicador entre abril e junho, após uma trajetória decrescente entre outubro de 2010 e março de 2011. Entre os fatores que explicam o recuo do Nuci, o principal está relacionado com o *déficit* na balança comercial da indústria de transformação, que chegou a US\$ 21,2 bilhões no primeiro semestre de 2011, bem superior aos US\$ 14,3 bilhões negativos no mesmo período de 2010.

Apesar dos resultados positivos assinalados em maio, verifica-se um movimento de desaceleração da atividade industrial no primeiro semestre de 2011. A redução do ritmo da atividade industrial na passagem de maio para junho se deu de forma generalizada, atingindo 20 dos 27 ramos industriais pesquisados e todas as categorias de uso.

Na série com ajuste sazonal⁷, a produção industrial também apontou 12 sinais de diminuição no ritmo produtivo, passando de uma expansão de (2,6%) no primeiro trimestre de 2011 para uma redução de (0,7%) no trimestre seguinte. Entre as categorias de uso, todas

⁷ Índice trimestre contra trimestre anterior.

indicaram menor dinamismo entre os dois períodos, com bens de capital de (8,6%) para (4,5%) e bens intermediários de (1,9%) para (0,5%) permanecendo com taxas ligeiramente positivas no segundo trimestre do ano, enquanto os setores produtores de bens de consumo semi e não duráveis passaram de (0,7%) para (-0,3%) e bens de consumo duráveis passaram de (5,1%) para (-1,0%) reverteram às expansões registradas no primeiro trimestre de 2011.



Fonte: IBGE
Elaboração: Seplande - Sinc

Dados referentes a junho mostram um decréscimo de (1,6%) da atividade industrial no indicador mês/mês anterior, revertendo o resultado positivo assinalado em maio. O resultado foi decorrente, principalmente, pela apreciação da moeda nacional e a contenção do crédito.

2.2 - Nordeste

A Região Nordeste, segundo dados da análise mensal da PIM, apresentou decréscimos na atividade industrial desde novembro de 2010. No primeiro semestre de 2011, dez dos onze ramos investigados recuaram, sendo mais acentuado o declínio no segmento celulose e papel com (-20,4%). Também houve declínio nas indústrias têxtil, com (-12,1%) de produtos químicos, com (-4,0%) e de alimentos e bebidas, com (-1,7%).

Os produtos químicos apresentam decréscimo por sete meses consecutivos devido a dois fatores como: a desaceleração da atividade econômica no início de 2011 e ao “apagão” de energia elétrica que atingiu o Nordeste em fevereiro, prejudicando a produção nos dois meses seguintes. O cenário beneficia acima de tudo, as importações, que se mantêm em patamar elevado.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), as importações do setor somaram US\$ 19 bilhões no primeiro semestre de 2011, incremento de (27,4%) em relação ao primeiro semestre de 2010. Esse crescimento reflete a ocorrência dos fatores excedentes no mercado internacional e a apreciação da moeda doméstica.

Os segmentos intensivos em mão de obra (têxtil, calçados e artigos de couro e vestuário), apresentaram uma redução da produção no primeiro semestre de 2011. A indústria têxtil registrou uma sequência de cinco meses de resultados negativos no indicador mês/mesmo mês do ano anterior, com decréscimos superiores a (10,0%).

A indústria nordestina de calçados e artigos de couro, no indicador mensal, não assinalou resultado positivo em 2011, tendo variações negativas acima de (10,0%) durante o primeiro semestre do referido ano. O baixo desempenho dos setores intensivos em mão de obra vem acompanhado de uma expansão substancial da demanda por esses produtos no Nordeste. Dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) mostram significativo aumento do consumo dos segmentos tecidos, vestuário e calçados nos principais estados da região. Em Pernambuco, o avanço foi de (15,3%) no acumulado dos últimos doze meses, enquanto Bahia e Ceará foram de (8,4%) e (3,8%), respectivamente.

2.3 - Alagoas

A pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) intitulada “Indicadores de Desempenho” coleta informações de todas as grandes e médias empresas do Estado, e também de uma quantidade significativa de micros e pequenas empresas. Os valores encontrados no estudo são deflacionados com o ano base de 2006, portanto, mantém as variáveis em uma mesma base comparativa. Assim, Alagoas possui um perfil industrial composto por mais de 3.000 firmas, que geram mais de 80 mil empregos diretos.

Segundo a pesquisa mencionada, sobre a participação industrial alagoana no mês de junho, as vendas obtiveram elevada concentração em quatro gêneros da indústria, o que corresponde a cinquenta e três empresas, e (92,5%) do setor. A Indústria Química continua ocupando a segunda participação setorial equivalente a (21,5%), precedente da indústria açucareira com (37,0%), produtos alimentares e bebidas com (20,7%) e extração e tratamento de minerais com (13,3%).

Os resultados do mês de junho em relação às vendas ficaram bem próximos dos resultados alcançados no primeiro trimestre de 2011, principalmente quando comparados aos

indicadores citados anteriormente. Deve-se considerar que mesmo que os dados isolados de abril e maio apresentem certa retração da indústria sucroenergética, nos últimos doze meses, percebe-se que a indústria do Estado não foi atingida de forma mais contundente.

O primeiro semestre de 2011, em relação a mesmo período do ano anterior, obteve saldo positivo de (4,1%) nas vendas. A expansão em relação ao mês de junho de 2010 mostra um movimento de recuperação da atividade industrial. Deve-se ressaltar que diferentemente dos setores produtores de *commodities* em Alagoas, na maioria dos estados, ocorreu queda intensa nos diversos índices de preços. Tal cenário foi uma resposta ao enfraquecimento da demanda, resultado este de medidas de controle inflacionário: aumento na taxa de juros, redução na oferta de crédito, dentre outras.

Os seis primeiros meses do ano foram marcados pelo aumento da utilização da capacidade instalada, pelo crescimento das remunerações e pela estabilidade dos níveis de horas trabalhadas. O setor de alimentos e bebidas apresentou uma grande recuperação, quando se considera a estabilidade dos preços aos consumidores em junho. O crescimento do consumo e do faturamento no setor é atribuído em grande parte ao aumento da oferta de empregos e também a melhor remuneração dos trabalhadores.

A indústria local está em processo de acomodação, devido às medidas macroprudenciais vinculadas à elevação da taxa básica de juros, da apreciação cambial e do custo Brasil, que tem levado ao aumento das importações em alguns segmentos.

A indústria química apresentou um crescimento de (8,6%) no primeiro semestre do ano em análise, ainda que se considerem as paradas programadas para manutenção e os reflexos nos diferentes grupos consumidores de produtos no mercado nacional. A empresa mais importante do setor químico local revela que a forte recuperação do volume de vendas no mercado doméstico, e dos preços internacionais de petroquímicos básicos fizeram com que a receita líquida se elevasse.

O Valor da Transformação Industrial (VTI), referente às atividades responsáveis pelo aumento do valor em junho de 2011 ficaram a cargo dos gêneros produtos alimentares e bebidas com (0,9%) e papel, papelão e celulose com (50,3%), resultado da base de comparação do mês anterior. Com destaque, a indústria de alimentos, tradicionalmente nos meses de maio, prossegue o aumento no ritmo de novas contratações, impulsionado pelos ciclos agrícolas.

É importante destacar que o aumento dos investimentos no setor da construção civil dinamizou toda a cadeia do setor de minerais não-metálicos. Outro aspecto em destaque foi o avanço de segmentos ligados a serviços, onde está incluso o setor de turismo. Essa condição

favorável da indústria alagoana pode ser vista quando se contabiliza os investimentos em capital fixo que cresceram na indústria por meio do aumento da capacidade instalada de algumas empresas ou da implantação de novas indústrias no estado de Alagoas. A retomada também tem sido resultado do comportamento do mercado doméstico e da aceleração no ritmo de execução do PAC.

O faturamento real da indústria alagoana registrou saldos positivos consideráveis, em valor deflacionado de (4,6%) no primeiro semestre de 2011. O emprego industrial apresentou expressivo saldo de (15,0%) no acumulado do ano. A variável hora trabalhada registrou um declínio de (-0,8%). A massa salarial industrial e o custo das operações industriais apresentaram uma expansão de (28,5%) e (6,9%), no primeiro semestre do ano, respectivamente.

Tabela 16	
Faturamento real da indústria	
Alagoas - Primeiro semestre de 2011	
Variáveis	Primeiro Semestre de 2011
Vendas reais	4,6
Custo das Operações Industriais (COI)	6,9
Pessoal empregado	15,0
Horas trabalhadas	-0,8
Remunerações pagas	28,5

Fonte: FIEA
Elaboração: Seplande - Sinc

Os baixos resultados apresentados na venda industrial desde abril de 2011 foram ocasionados pela entressafra, característica da sazonalidade do setor sucroalcooleiro. A análise dos outros setores destaca o reatamento do real valorizado e do alto custo de se produzir no estado, impactando na competitividade da indústria. Na análise setorial, cujo reflexo é visível nos sete subsetores que recuaram em junho de 2011, quando comparado com o mês de maio.

Em outras bases de comparação, é nítida a redução da produção industrial. Ao se analisar o crescimento da produção no primeiro semestre do ano, percebe-se o movimento de perda de ritmo nos seguintes setores: extração e tratamento de minerais, indústrias diversas e mobiliário, papel, papelão e celulose, produtos de matérias plásticas e borracha, material de transporte, têxtil e vestuário e calçados.

Tabela 17

Alagoas - Variações (%) das vendas no primeiro semestre de 2011
(Base Fixa (IBF: Nov/2006); Deflator: IPA/OG-FGV).

Gêneros	Junho – Maio	Primeiro Semestre 2011
Produtos Alimentares e Bebidas	0,89	-5,26
Têxtil	-31,61	-46,97
Minerais Não-Metálicos	0,23	-5,73
Vestuário e Calçados	0,56	-59,88
Material de Transporte	0,19	-23,26
Editorial de Gráfica	-0,04	8,07
Extração e Tratamento de Minerais	0,19	-12,02
Madeira	-37,64	6,24
Papel, Papelão e Celulose	50,30	-20,63
Produtos de Matérias Plásticas e Borracha	-2,22	-23,37
Metalúrgicas e Siderúrgicas	0,19	-9,30
Indústrias Diversas e Mobiliário	-3,05	-12,37
Química	0,19	8,62
Indústria Mecânica	-18,04	3,64
Sucroenergético	-5,84	16,78
Total da Indústria	-2,60	4,63
Total da Indústria (sem setor sucroalcooleiro)	-0,60	-4,64

Fonte: FIEA

Elaboração: Seplande - Sinc

Dos quinze setores considerados, sete registraram redução de vendas em junho, na comparação com o mês de maio. Os setores que registraram queda do faturamento foram têxteis de (7,5%) em maio para (-31,6%) em junho, madeira de (2,1%) para (-37,6%) e indústria mecânica de (2,4%) para (-18,0%). O desempenho da venda no setor sucroenergético, que obteve uma redução de (-5,8%) no mês pode ser considerado estável em relação aos últimos dois anos, porque em junho as transferências externas começam a diminuir de intensidade devido ao início da safra em setembro. Já o setor de papel, papelão e celulose apresentou uma expansão de (50,3%) justificada pelo aumento de encomendas no mês, o que alterou a base de comparação. Além disso, deve-se considerar a existência do mesmo número de dias úteis em junho em relação a maio.

3. Balança Comercial

3.1 - Brasil

A balança comercial brasileira obteve no primeiro semestre de 2011, um crescimento tanto das exportações quanto das importações. Enquanto as exportações aumentaram (32,6%) em relação ao do mesmo período do ano anterior da ordem de US\$ 89,2 bilhões, as importações cresceram em (29,5%), correspondendo a US\$ 81,3 bilhões. A recuperação das exportações em relação ao primeiro semestre de 2010 causou também crescimento no *superávit* comercial de US\$ 7,9 bilhões para US\$ 13 bilhões no mesmo período de 2011.

Tabela 18 Balança Comercial Brasil - Primeiro semestre de 2011 (US\$ 1.000 FOB)			
Mês	Exportação	Importação	Saldo
Janeiro	15.214,35	14.816,09	398,25
Fevereiro	16.732,47	15.537,53	1.194,93
Março	19.285,97	17.734,31	1.551,65
Abril	20.172,97	18.313,19	1.859,77
Mai	23.208,65	19.686,83	3.521,82
Junho	23.689,07	19.259,66	4.429,41
Total	118.303,00	105.348,00	12.956,00

Fonte: MDIC/SECEX - Dados Extraídos em 27 de Dezembro de 2011

Elaboração: Seplande - Sinc

Para o bom desempenho da balança comercial no primeiro semestre contribuiu especialmente o resultado de junho, quando o *superávit* foi de US\$ 4,43 bilhões, o maior para um mês em todo o ano e o maior para junho nas últimas décadas.

O resultado positivo foi devido ao crescimento das vendas das *commodities*, como: minério de ferro, café em grão, petróleo em bruto, soja em grão e carnes, dentre outros que alcançaram (44,0%) do valor das exportações no semestre. Assim como os semimanufaturados de ouro e ferro, soja, açúcar, couros e peles que aumentaram (29,7%) e os produtos industrializados óleos combustíveis, polímeros plásticos, veículos e outros que cresceram (19,1%). É importante ressaltar que o aumento das vendas deve-se aos altos preços apresentados por certas *commodities* no mercado externo.

Tabela 19
Principais produtos exportados
Brasil - Primeiro semestre de 2011

Discriminação	(US\$ FOB)			
	Ano 2010	Part. %	Ano 2011	Part. %
Minérios de ferro e seus concentrados	9.510.699.044	10,66	18.381.196.752	15,54
Óleos brutos de petróleo	7.929.950.050	8,89	10.004.046.013	8,46
Soja mesmo triturada	6.851.057.533	7,68	8.809.435.955	7,45
Açúcar de cana, em bruto	3.562.202.103	3,99	4.096.239.829	3,46
Café cru em grão	1.992.485.981	2,23	3.639.055.384	3,08
Carne de frango congelada, fresca ou refrig.incl.miúdos	2.663.149.385	2,99	3.442.260.583	2,91
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	2.161.768.541	2,42	2.905.210.405	2,46
Pastas químicas de madeira	2.315.509.037	2,60	2.427.907.192	2,05
Produtos semimanufaturados de ferro ou aços	1.105.129.963	1,24	2.218.546.899	1,88
Óleos combustíveis (óleo diesel,"fuel-oil",etc.)	1.460.213.408	1,64	2.129.879.036	1,80
Demais produtos	49.635.261.483	55,66	60.249.734.857	50,91
Total	89.187.426.528	100,00	118.303.512.905	100,00

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: Seplande - Sinc

Os produtos mais representativos na pauta de importação, no referido período foram: máquinas e equipamentos, responsáveis por (11,4%) das importações; petróleo e gás natural com (8,0%); material eletrônico e de comunicações com (7,2%); automóveis e caminhões com (5,8%); máquinas e equipamentos elétricos com (4,1%) das compras brasileiras.

Tabela 20
Principais produtos importados
Brasil - Primeiro semestre de 2011

Discriminação	(US\$ FOB)			
	Ano 2010	Part. %	Ano 2011	Part. %
Petróleo em bruto	5.196.655.683	6,39	7.489.067.313	7,11
Automóveis de passageiros	3.587.789.139	4,41	5.248.198.024	4,98
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	2.488.134.726	3,06	3.014.412.788	2,86
Óleos combustíveis (óleo diesel, "fuel-oil", etc.)	2.207.358.797	2,72	2.829.692.880	2,69
Medicamentos para medicina humana e veterinária	3.005.686.491	3,70	2.810.312.092	2,67
Naftas	1.941.824.729	2,39	2.209.745.564	2,10
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	1.847.350.176	2,27	2.174.494.382	2,06
Hulhas, mesmo em pó,masnao aglomeradas	1.344.013.229	1,65	1.922.079.731	1,82
Partes de aparelhos transmissores ou receptores	1.357.267.598	1,67	1.629.522.938	1,55
Cloreto de potássio	890.042.178	1,09	1.461.925.136	1,39
Demais produtos	57.435.122.937	70,65	74.547.393.235	70,77
Total	81.301.245.683	100,00	105.336.844.083	100,00

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: Seplande - Sinc

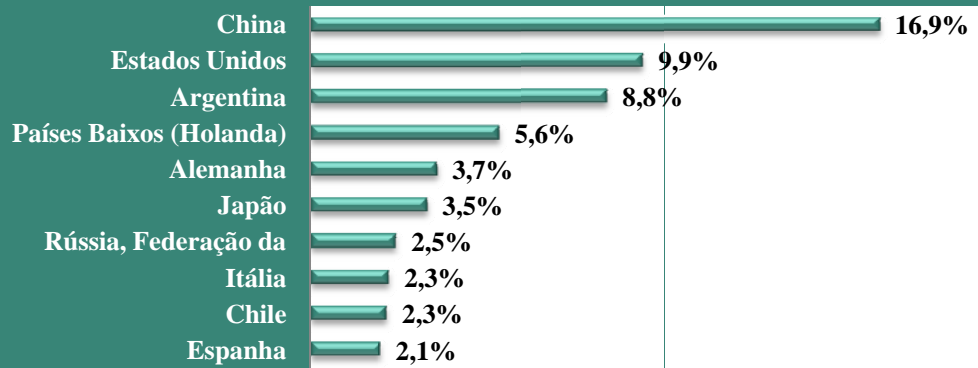
De acordo com os dados da tabela 19, observa-se que a pauta de exportação, no primeiro semestre de 2011, segue a tendência dos anos precedentes de redução da participação de produtos manufaturados (38,0%), entretanto, há um aumento das exportações de *commodities* (48,0%). O que comprova o fato do minério de ferro, petróleo e gás, e soja se encontrarem entre os principais produtos exportados, além de explicar para o fato de o comércio exterior ter um impacto negativo na geração de empregos. O comércio internacional brasileiro apresentou uma recuperação nesse período, no entanto, as exportações cresceram cada vez mais concentradas em itens primários, ligados à agropecuária e à extração mineral. Esses setores geram poucos empregos indiretos, pois são responsáveis por um baixo encadeamento na economia.

Já o crescimento das importações se mostra mais concentrado em produtos manufaturados, que causam fortes perdas de empregos tanto diretamente quanto indiretamente. Entre 2008 e a primeira metade de 2011, a Indústria de transformação perdeu mais de 560 mil empregos. Essa situação é agravada, em grande parte, devido ao aumento da participação dos produtos chineses no mercado brasileiro, uma vez que, apenas no primeiro semestre de 2011, a indústria nacional apresentou um saldo negativo de 180 mil empregos diretos, causado por esse aumento.

Analisando os dados do comércio exterior, abertos pelos principais parceiros comerciais brasileiros, percebe-se que houve aumento das vendas brasileiras para todos os principais blocos econômicos, com destaque para os US\$ 33,909 bilhões vendidos para a Ásia, contra US\$ 24,386 bilhões no primeiro semestre de 2010, crescimento de (37,9%). A China responde por US\$ 20 bilhões das compras asiáticas dos produtos brasileiros, com ampliação de (47,6%) em relação à igual período ano passado.

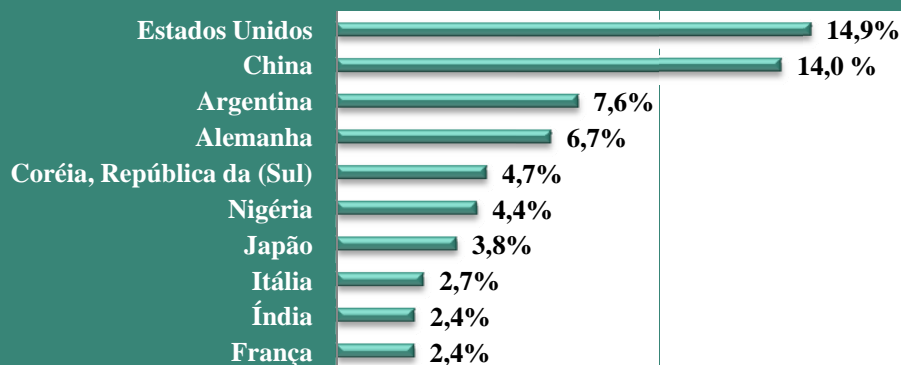
A América Latina e o Caribe compraram (24,0%) a mais de produtos brasileiros no semestre, no total de US\$ 26,661 bilhões; e os países da União Européia importaram (31,4%) a mais, no valor de US\$ 25,546 bilhões, além de ampliações em menor volume para a África (37,3%), Europa Oriental (39,2%) e Oriente Médio (23,7%). Por países, os maiores compradores, depois da China, foram os Estados Unidos, US\$ 11,700 bilhões, ou (29,4%) a mais na comparação semestral, e a Argentina, US\$ 10,439 bilhões, ou (32,6%) mais.

**Gráfico 2 - Principais Países de Destino
Brasil - Primeiro Semestre de 2011
(US\$ FOB)**



Fonte: MDIC – SECEX
Elaboração: Seplande – Sinc

**Gráfico 3 - Principais Países de Origem
Brasil - Primeiro Semestre de 2011
(US\$ FOB)**



Fonte: MDIC – SECEX
Elaboração: Seplande – Sinc

3.2 - Nordeste

No tocante a região Nordeste, entre janeiro e junho de 2011, as exportações atingiram US\$ 8,45 milhões, (9,8%) a mais que os valores registrados em relação à igual semestre do ano anterior. Esse valor é responsável apenas por (7,1%) das exportações brasileiras.

Os Estados nordestinos de Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, foram os que registraram queda nos valores exportados nesse período. Enquanto Alagoas, Bahia e Sergipe ampliaram em (6,7%) sua participação nas exportações regionais.

O principal destino das exportações nordestinas são os Estados Unidos com (14,5%) do total, seguido por Argentina (10,8%), China (7,8%), Rússia (6,7%) e Holanda (5,9%). O

produto que se destaca nessa pauta de exportação são os açúcares e produtos de confeitaria, com participação relativa de (11,8%) no total da pauta regional.

3.3 - Alagoas

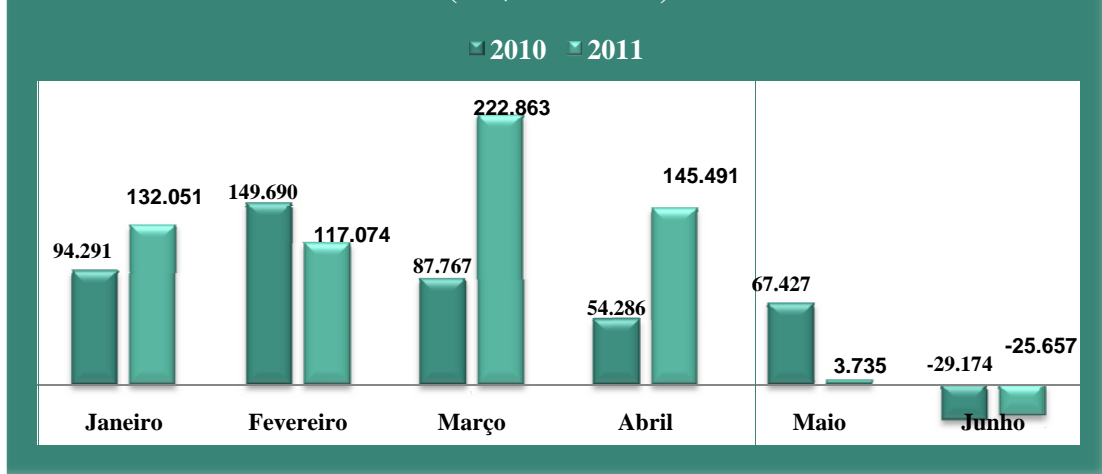
No que se refere ao estado de Alagoas, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), através da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), no primeiro semestre de 2011, a balança comercial alagoana acumulou um superávit de US\$ 595,55 milhões.

Tabela 21
Balança comercial
Alagoas - Primeiro semestre de 2011
 (US\$ 1000 FOB)

Período	Exportações	Importações	Saldo
Janeiro	167.307	35.256	132.051
Fevereiro	140.819	23.745	117.074
Março	254.214	31.351	222.863
Abril	177.386	31.895	145.491
Maio	49.537	45.801	3.735
Junho	11.088	36.745	-25.657

Fonte: MDIC – SECEX
 Elaboração: Seplande – Sinc

Gráfico 4 - Saldo da Balança Comercial
Alagoas - Primeiro semestre de 2011
 (US\$ 1000 FOB)



Fonte: MDIC – SECEX
 Elaboração: Seplande – Sinc

Alagoas apresentou um crescimento nas vendas de (46,2%) sobre o mesmo período de 2010. Tal valor corresponde a (82,0%) das exportações de todo o ano anterior ao de 2011, o que demonstra uma grande evolução do volume de produtos exportados pelo Estado. As vendas externas alagoanas no primeiro semestre de 2011 somaram um valor de US\$ 800,351 milhões, o que corresponde a (9,4%) do total exportado pela região Nordeste.

Dentre os produtos que apresentaram variação positiva na pauta de exportações alagoana, no período de janeiro a junho de 2011, destacam-se os açúcares e produtos de confeitaria, cujo acréscimo de faturamento ficou em torno de (53,0%). O açúcar de cana, em bruto (mascavo), respondeu por (85,9%) da pauta. Também contribuíram para esse resultado os setores de bebidas, líquidos alcoólicos, vinagres e fumo (tabaco) e seus sucedâneos, com avanços de (40,7%) e (166,0%), respectivamente.

O aumento nas exportações de açúcar impulsionou a balança comercial alagoana. A maior entrada de divisas no estado é decorrente, principalmente, da maior demanda por açúcar, que está ligada ao aumento do preço da *commodity* no mercado internacional. Somente em março, Alagoas exportou o equivalente a US\$ 254 milhões, bem acima dos US\$ 102 milhões do referido mês em 2010, e a partir de maio de 2011, o valor das exportações diminuiu devido ao período da entressafra da cultura da cana-de-açúcar.

O ciclo 2010/2011 da cana-de-açúcar do Estado apontou um crescimento de (19,3%) em relação à safra 2009/2010. Com esse resultado Alagoas manteve o 1º lugar do *ranking* Norte/Nordeste e o 6º lugar do nacional. Devido às condições climáticas favoráveis e ao esforço empresarial, a expectativa é que a produtividade da safra 2011/2012 cresça e que os resultados sejam superiores aos números conquistados na safra anterior.

Conforme dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2011), entre maio de 2010 e maio de 2011 o preço do açúcar subiu mais de (50,0%). Estima-se que o atual nível de preço deverá manter-se, uma vez que a oferta da safra brasileira de 2011/2012 foi menor que as expectativas. Além disso, a expansão da frota de automóveis utilizando o combustível etanol no país também pressiona para cima o preço do açúcar, já que aumenta a demanda por etanol, produto também derivado da cana-de-açúcar.

Vale destacar que a política monetária do governo federal de correção da taxa cambial segurando a valorização do real também contribuiu para o aumento das exportações do estado. Essas medidas ajudam as empresas exportadoras, principalmente de *commodities*. Ressalta-se que, o câmbio foi valorizado em 2009, mas apesar da valorização cambial, a qual prejudica as exportações, o aumento do preço da *commodity* e uma possível expansão da produção podem ter contornado os efeitos dessa valorização.

Tabela 22
Principais produtos exportados
Alagoas - Primeiro semestre de 2011
(US\$ FOB)

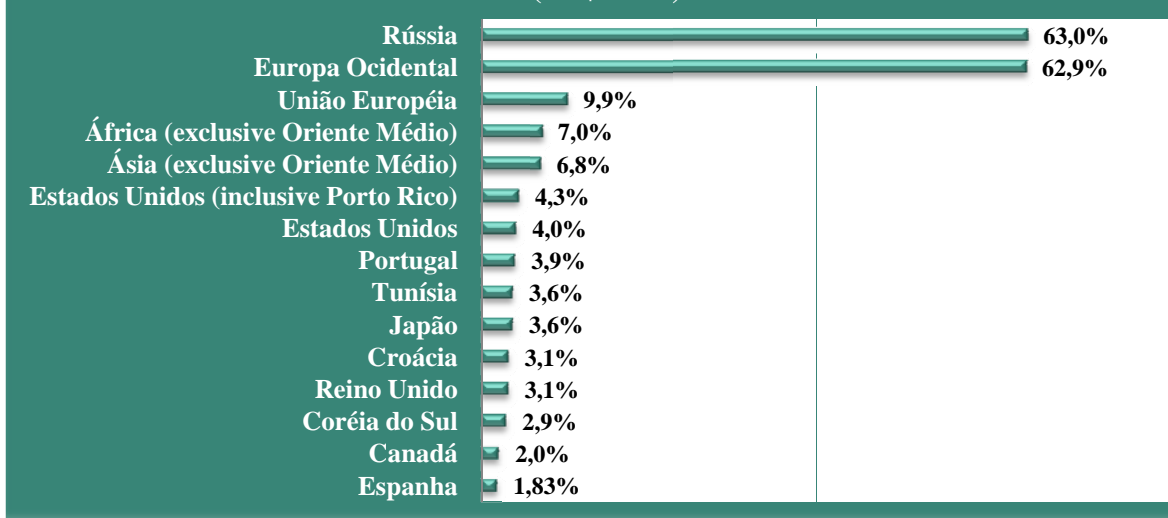
Discriminação	Ano 2011	Part. %
Açúcar de cana em bruto...	688.167.831	85,98
Álcool etílico n/desnaturado c/vol. Teor alcoolico...	64.948.199	8,12
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose...	36.296.496	4,53
1,2-dicloretoano (cloreto de etilano)...	4.600.830	0,57
Fumo n/manufat. N/destal. Em fls.secas, etc...	4.144.561	0,52
Outras turbinas a vapor de potência 40mw...	614.055	0,08
Monofilamentos (monofios), etc. De polim. Cloret...	567.565	0,07
Outros fumos não manufaturados, não destalados...	522.205	0,07
Sucos de outras frutas, prods. Hortícolas...	323.117	0,04
Fumo manufaturado, p/fumar, mesmo cont.sucedane...	117.081	0,02
Total	800.301.940	100,00

Fonte: MDIC – SECEX

Elaboração: Seplande - Sinc

As vendas realizadas pelo estado de Alagoas foram destinadas, especialmente, a Rússia que apresentou um total de (63,0%) das participações. Os Estados Unidos e Portugal, também apresentaram uma participação considerável como principais países de destino das exportações do Estado, com (4,0%) e (3,8%) respectivamente. Em relação aos blocos econômicos destacam-se Europa Oriental (62,8%), União Européia (9,9%) e África (excluindo o oriente médio) (7,0%).

Gráfico 5 - Principais Blocos Econômicos e Países de Destino
Brasil - Primeiro Semestre de 2011
(US\$ FOB)



Fonte: MDIC – SEC

Elaboração: Seplande - Sinc

No tocante as importações alagoanas, estas totalizaram um valor de US\$ 204,793 milhões no período de janeiro a junho de 2011, o que corresponde a um crescimento nominal de (40,0%) em relação ao mesmo período de 2010.

O produto mais importado pelo estado nesse período foi álcool etílico desnaturado que obteve uma participação de (21,2%) na pauta de importação. Vale destacar que apesar de não representar um grande impacto no somatório das importações Alagoanas, as compras de automóveis tiveram um grande crescimento em relação ao mesmo período de 2010: Passando de um valor de US\$ 279,68 mil, para US\$ 1.052.472 no período em análise.

Tabela 23

**Principais produtos importados
Alagoas - Primeiro semestre de 2011**

Discriminação	(US\$ FOB)	
	Ano 2011	Part. %
Álcool etílico desnaturado c/qq. Teor alcoólico...	43.419.934	21,20
Hidróxido de sódio em sol aquosa...	12.356.123	6,03
Trigo (exc. Trigo duro ou p/semadura). E trigo...	11.923.344	5,82
Policloreto de vinila, obt. Proc. Suspensão, form...	10.201.358	4,98
Diidrogenio-ortofosfato de amônio, incl.mist...	10.100.266	4,93
Coque de petróleo não calcinado...	9.684.219	4,72
Sulfato de amônio...	8.373.406	4,08
Outros cloretos de potássio...	8.325.373	4,06
Adubos ou fertilizantes c/nitrato e fosfato...	2.934.712	1,43
Outros óleos de dendê...	2.353.913	1,14
Outros produtos	85.281.365	41,61
Total	204.954.013	100,00

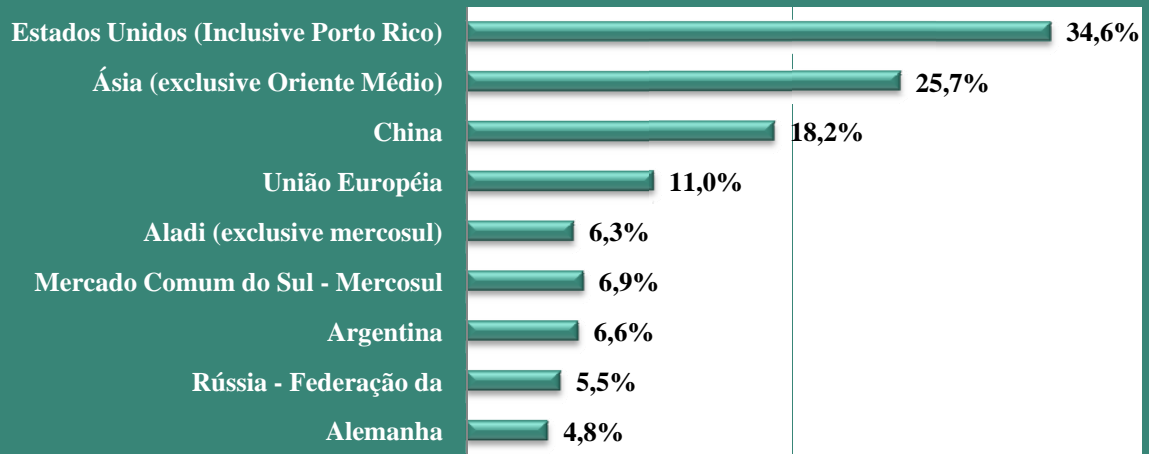
Fonte: MDIC – SECEX

Elaboração: Seplande - Sinc

Os Estados Unidos destacaram-se como o principal país de origem das importações do estado, responsável por (34,6%) da participação. Em seguida temos China, Argentina e Rússia com (18,2%); (6,6%); (5,5%), respectivamente.

No referente aos blocos econômicos, os maiores fornecedores foram Estados Unidos (34,6%), Ásia (25,7%) e União Européia (11,0%). O que pode ser visualizado no gráfico abaixo.

**Gráfico 6 - Principais Blocos Econômicos e Países de Origem
Alagoas - Primeiro Semestre de 2011
(US\$ FOB)**



Fonte: MDIC – SECEX
Elaboração: Seplande-Sinc

4. Comércio

4.1 - Brasil

A análise referente ao desempenho do comércio é baseada no conceito de “volume de vendas”, da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), volume de vendas representa valores nominais correntes deflacionados por índices de preços específicos para cada grupo de atividades e estado.

No primeiro semestre de 2011, o Brasil apresentou um crescimento de (7,3%) do volume de vendas do comércio varejista em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2010, o país apresentou como resultado do primeiro semestre a mais alta taxa de toda a série histórica da Pesquisa Mensal do Comércio, com (11,5%).

Deve-se ressaltar, que de janeiro a junho de 2010, a conjuntura econômica do país apresentava uma recuperação da crise financeira internacional. Houve também um forte crescimento no segundo semestre desse ano, o que forçou a subida dos preços, obrigando o Banco Central a estabelecer, em dezembro, medidas macroprudenciais para redução da demanda e, em seguida, a elevar a taxa básica de juros com o intuito de forçar a taxa de inflação para a trajetória da meta estabelecida pelas autoridades.

No segundo trimestre de 2011 o Comércio Varejista apresentou uma variação de (7,8%). Esse valor comparado com o mesmo período de 2010 obteve resultados acima do primeiro trimestre do ano, com valor igual a (6,8%), mas abaixo do último trimestre de 2010, com valor igual a (9,6%).

Confrontando os dois primeiros trimestres de 2011, têm-se os seguintes comportamentos por atividades: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo que passou de (2,8%) para (5,1%); móveis e eletrodomésticos que passou de (16,8%) para (18,7%); artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria que passou de (9,4%) para (11,7%); equipamentos e material para escritório, informática e comunicação que passou de (8,3%) para (20,1%); as demais atividades registraram quedas como: tecidos, vestuário e calçados de (9,6%) para (6,5%); combustíveis e lubrificantes de (5,6%) para (0,1%); livros, jornais, revistas e papelaria de (9,3%) para (7,6%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico de (7,1%) para (6,0%).

Em relação ao Comércio Varejista Ampliado, que inclui as atividades de varejo mais as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, a taxa de

variação⁸ do segundo trimestre de 2011, foi de (11,5%), ficando acima da taxa do primeiro trimestre, de (7,0%), influenciada pelos comportamentos das atividades expostas acima e somada ao resultado de veículos, motos, partes e peças, que variou de (6,3%) para (18,2%). Já a atividade de material de construção teve decréscimo de sua variação, passando (de 13,6% para 11,7%).

Tabela 24
Indicadores trimestrais de volume de vendas do comércio varejista por atividades
Brasil - 2010/2011

Atividades	Taxas de Desempenho Trimestrais*							
	2010					2011		
	1° TRI	2° TRI	3° TRI	4° TRI	Anual**	1° TRI	2° TRI	
Comércio Varejista	12,8	10,3	11,2	9,6	10,9	6,8	7,8	
1 - Combustíveis e lubrificantes	5,5	5,7	9,2	5,9	6,6	5,6	0,1	
2 - Hipermercados, supermercados, prods. Alimentícios, bebidas e fumo	12,4	8,5	9,3	6,3	8,9	2,8	5,1	
2.1 - Hiper e supermercados	12,2	8,1	8,9	6,1	8,7	2,7	5,0	
3 - Tecidos, vestuário e calçados	9,5	10,6	12,9	9,9	10,6	9,6	6,5	
4 - Móveis e eletrodomésticos	21,6	19,6	14,5	18,1	18,3	16,8	18,7	
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortop., de perfumaria e cosméticos	13,3	11,2	10,9	12,2	11,9	9,4	11,7	
6 - Equip. e material para escritório, informática e comunicação	30,0	22,4	25,8	20,0	24,3	8,3	20,1	
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	8,3	7,8	10,3	21,7	12,0	9,3	7,6	
8 - Outros arts. de uso pes. e doméstico	6,3	5,9	13,2	9,4	9,1	7,1	6,0	
Comércio Varejista Ampliado	15,6	8,2	10,8	14,3	12,2	7,0	11,5	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio

Elaboração: Seplande - Sinc

(*) Referência: igual período do ano anterior = 100

(**) Referência: acumulado igual período do ano anterior = 100

O Comércio Varejista brasileiro manteve-se com resultado positivo no mês junho de 2011, apresentando taxas de (0,2%) no volume de vendas e de (0,6%) na receita nominal, ambas as variações com relação ao mês anterior (ajustadas sazonalmente).

Nas demais comparações, obtidas das séries originais (sem ajuste), o varejo nacional obteve, em termos de volume de vendas, acréscimos da ordem de (7,1%) sobre junho do ano anterior e de (7,3%) e (8,9 %) nos acumulados dos seis primeiros meses do ano e dos últimos 12 meses, respectivamente. Para os mesmos indicadores, a receita nominal de vendas apresentou taxas de variação de (12,1%), (12,2%) e de (13,3%), respectivamente.

Para o volume de vendas com ajuste sazonal, somente cinco das dez atividades

⁸Taxa de Variação compara o nível da variável em estudo entre o período de referência corrente e o mesmo período do ano anterior. A evolução desta taxa de variação está menos sujeita a oscilações de natureza sazonal podendo, no entanto, ser influenciada por este tipo de efeitos localizados num período específico.

pesquisadas obtiveram variações positivas. As atividades pela ordem decrescente de magnitude das taxas são: Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (9,1%); tecidos, vestuário e calçados (3,0%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (2,5%); material de construção (1,0%); combustíveis e lubrificantes (0,2%); artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-0,1%); hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,1%); móveis e eletrodomésticos (-0,2%); livros, jornais, revistas e papelaria (-0,3%) e veículos e motos, partes e peças com (-0,7%).

O Comércio Varejista Ampliado, no mês de junho, registrou crescimento em relação ao mês anterior com variação de (0,5%) para o volume de vendas e de (1,2%) para a receita nominal, ambas as taxas com o ajustamento sazonal. Comparado com o mesmo mês do ano anterior (sem ajuste sazonal), as variações foram de (9,5%) para o volume de vendas e de (12,0%) para a receita nominal. No primeiro semestre de 2011 e no acumulado dos últimos 12 meses, o setor apresentou taxas de variação de (9,2%) e (11,0%) para o volume e de (12,0%) e (13,8%) para a receita nominal de vendas, respectivamente.

No que tange ao volume de vendas, a atividade de veículos, motos, partes e peças registrou crescimento de (13,2%) em relação a junho de 2010, acumulando no semestre e nos últimos doze meses variações de (12,1%) e (14,2%), respectivamente.

Tabela 25
Indicadores do volume de vendas do comércio varejista e comércio varejista ampliado
segundo grupos de atividades PMC
Brasil - Primeiro semestre de 2011

Atividades	Taxa de Variação							
	Mês/Mês Anterior (*)			Mês/Igual mês do ano anterior			Acumulado	
	Abril	Maió	Junho	Abril	Maió	Junho	1º Semestre	12 meses
Comércio Varejista (**)	-0,2	0,7	0,2	10,2	6,3	7,1	7,3	8,9
1 - Combustíveis e lubrificantes	-1,4	-0,7	0,2	1,5	-2,2	1,1	2,8	5,2
2 - Hipermercados, supermercados, prods. Alimentícios, bebidas e fumo	-0,3	0,4	-0,1	10,6	1,9	2,7	3,9	5,8
2.1 - Hiper e supermercados	0,0	0,4	-0,4	10,6	1,8	2,6	3,8	5,6
3 - Tecidos, vestuário e calçados	-3,6	3,2	3,0	1,5	5,6	12	7,8	9,6
4 - Móveis e eletrodomésticos	1,6	1,1	-0,2	19,3	20,4	16,3	17,7	17,1
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortop., de perfumaria e cosméticos	1,6	2,2	-0,1	10,5	12,0	12,4	10,5	11,1
6 - Equip. e material para escritório, informática e comunicação	-12,7	20,9	9,1	-0,8	23,2	34,3	14,6	18,7
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,1	2,4	-0,3	5,8	8,3	8,9	8,6	12,1
8 - Outros arts. de uso pes. e doméstico	0,9	-4,6	2,5	12,1	3,3	3,2	6,5	9,2
Comércio Varejista Ampliado (***)	1,2	0,9	0,5	12,0	12,9	9,5	9,2	11,0
9 - Veículos, motos, partes e peças	1,6	0,8	-0,7	15,6	26	13,2	12,1	14,2
10 - Material de construção	0,4	0,0	1,0	9,8	11,6	13,3	12,6	14,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Elaboração: Seplande - Sinc

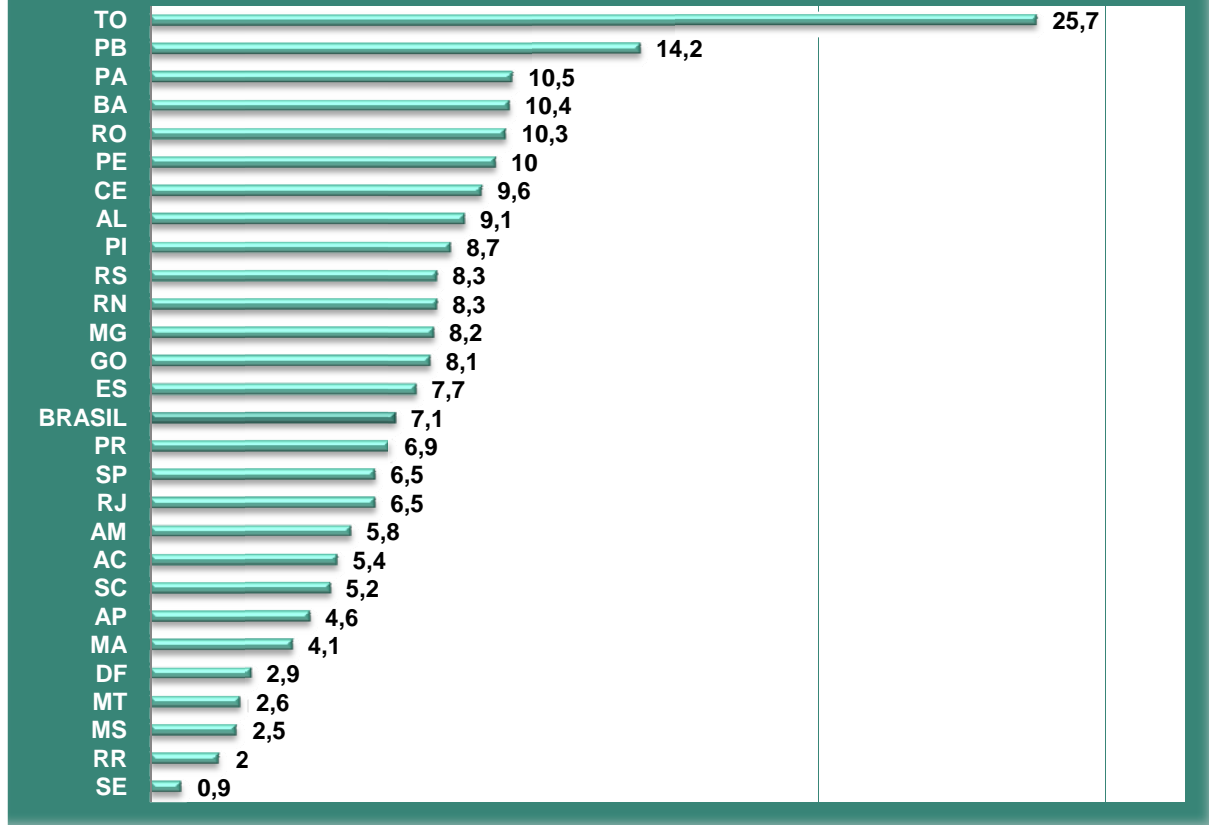
(*) Séries com ajuste sazonal

(**) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

(***) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10

Segundo o IBGE, as vinte e sete Unidades da Federação apresentaram resultados positivos na comparação com junho de 2010. Os destaques em termos de variações positivas do volume de vendas foram Tocantins (25,7%); Paraíba (14,2%); Pará (10,5%); Bahia (10,4%); Rondônia (10,3%) e Pernambuco (10,0%). Quanto à participação na composição da taxa do Comércio Varejista, destacaram-se: Bahia (10,4%); Rio Grande do Sul (8,3%); Minas Gerais (8,18%); Paraná (6,9%); São Paulo (6,5%) e Rio de Janeiro (6,5%).

Gráfico 7 - Taxas Mensais regionalizadas do volume de vendas do Varejo ordenadas segundo posicionamento em relação à média nacional.



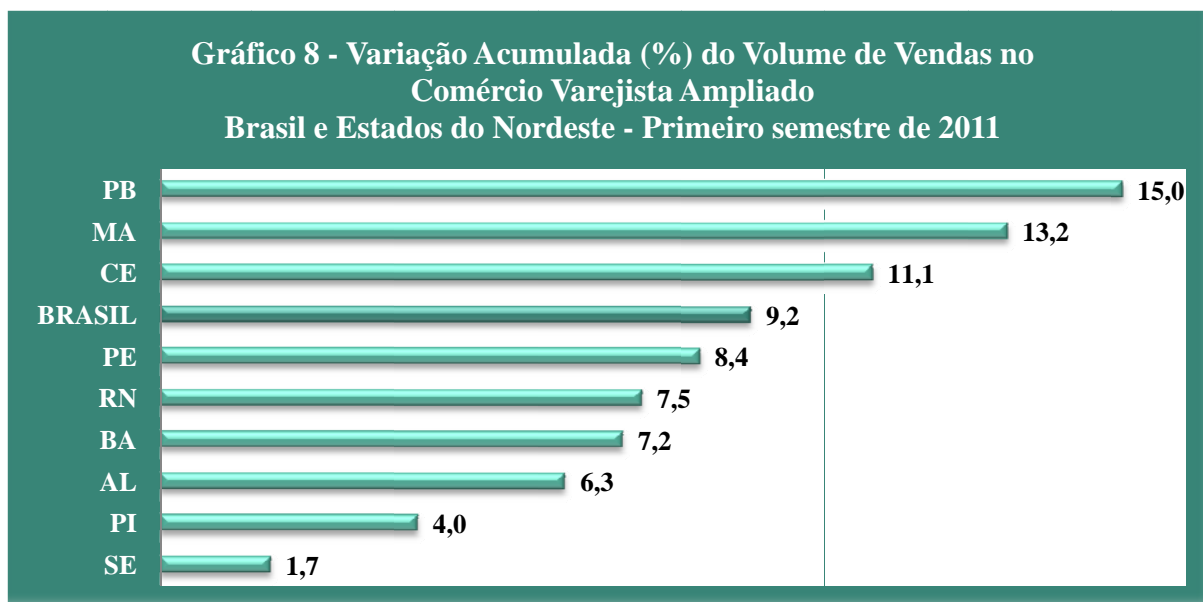
Fonte: IBGE
Elaboração: Seplande - Sinc

Já em termos de Varejo Ampliado, as maiores taxas de desempenho no volume de vendas ocorreram nos seguintes Estados: Espírito Santo (18,1%); Tocantins (15,9%); Pará (13,7%); Maranhão (11,6%); Alagoas (11,5%) e Paraná com variação de (11,4%). Em termos de impacto no resultado global do setor, os destaques foram: Espírito Santo (18,1%); Paraná (11,4%); Rio de Janeiro (10,7%); São Paulo (9,0%); Minas Gerais (8,5%) e Rio Grande do Sul (9,2%). Os resultados com ajuste sazonal para o volume de vendas apontam dezenove estados com variações positivas, na comparação mês/mês anterior, sendo os destaques: Amapá (10,4%); Alagoas (3,3%); Tocantins (3,1%); Paraíba (2,6%); Pará (2,2%) e Ceará (1,9%).

4.2 - Nordeste

A PMC não consolida o desempenho do Comércio Varejista por região, apenas os resultados do Comércio Varejista Ampliado acumulado em 2011. No primeiro semestre do

referente ano, só três estados nordestinos obtiveram crescimento proporcionalmente superior aos (9,2%) obtidos pelo país: Paraíba (15,0%), Maranhão (13,2%) e Ceará (11,1%). Os demais estados apresentaram desempenho inferior ao do Brasil, e Sergipe ocupou a última posição, com apenas (1,7%).



Fonte: IBGE
Elaboração: Seplande - Sinc

No Nordeste, as vendas varejistas cresceram (3,0%) no segundo trimestre de 2011 em relação ao primeiro trimestre do ano, quando aumentaram (1,2%). Ressaltando-se os aumentos assinalados nos segmentos: artigos de uso pessoal e doméstico (5,1%), e tecidos, vestuário e calçados (4,8%). O Comércio Ampliado cresceu (2,2%) no trimestre. As variações registradas nas vendas de material de construção foram de (1,4%), e de veículos, motos, partes e peças (2,0%).

No acumulado de doze meses, o Comércio Varejista da região cresceu (10,6%) em maio, em relação ao mesmo período de 2010. Registraram-se aumentos nas vendas em todos os segmentos, destacando-se os relativos a móveis e eletrodomésticos (21,9%), e a livros, jornais, revistas e papelaria (17,6%). Somadas as vendas de veículos, motos, partes e peças, e de material de construção, com elevações respectivas de (13,6%) e (6,6%), o Comércio Ampliado nordestino registrou crescimento de (10,9%), nesse período do ano.

4.3 - Alagoas

A Pesquisa Mensal do Comércio divulgada pelo IBGE mostrou que até junho de 2011,

as vendas do Comércio Varejista do Estado de Alagoas continuaram crescendo, porém num ritmo inferior ao dos meses anteriores.

Em relação ao crescimento acumulado em doze meses, até maio de 2011, o resultado é significativo no caso do estado com taxa de crescimento de (7,7%), porém inferior ao desempenho do Brasil e Nordeste, que obtiveram taxas de (9,2%) e (10,5%), respectivamente. Sendo assim, o desempenho do Comércio Varejista alagoano ficou abaixo da média, com (3,1%) de incremento, ocupando, a 22ª colocação entre as Unidades da Federação.

Referente ao desempenho das vendas no acumulado de 2011 ocorreu o mesmo movimento, com a taxa de crescimento para Alagoas alcançando (3,7%), enquanto o comércio no Brasil e na média dos estados nordestinos o crescimento obtido foi de (7,4%) e (8,6%), respectivamente.

Os resultados refletiram a passagem do comércio alagoano pelo momento de recrudescimento e encarecimento do crédito ao consumidor, causado pelas medidas tomadas pelo Banco Central do Brasil no primeiro semestre para controlar a inflação e diminuir o ritmo do consumo. As sucessivas elevações da taxa de juros básica da economia, a SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), fez recuar a disponibilidade de crédito e encareceu as dívidas tomadas com base em juros flutuantes.

As famílias com maior nível de endividamento desviaram parcela da renda para pagamento dos encargos financeiros mais elevados, ou retiraram recursos de aplicações e, sobretudo poupança para manter o nível de gastos necessários, e assim, fugir da inadimplência.

Informações do Instituto de Estudos e Pesquisas (IEP), órgão da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Maceió, mostraram que o volume de pessoas que entraram para o cadastro de inadimplentes cresceu (1,2%) em junho de 2011. Quando comparados com mesmo período do ano anterior, os números apontam uma redução de (1,8%).

Enquanto a inadimplência seguiu a curva do crescimento, o número de pessoas que conseguiram quitar sua dívida e fazer novos financiamentos reduziu, contrariando o comportamento nacional que teve uma recuperação de crédito no mês de junho. Mesmo assim, esse comportamento não impossibilitou que as vendas do Estado de Alagoas continuassem se expandindo no comércio.

Em âmbito geral, no primeiro semestre de 2011, o volume de vendas do setor varejista o Estado de Alagoas, registrou taxas mensais positivas. No mês de junho/2011 a taxa foi de (9,1%) sobre junho/2010. Esse resultado possibilitou um aumento de (4,6%), no fechamento

do primeiro semestre de 2011, e uma expansão de (7,6%) no volume de vendas dos últimos doze meses.

Unidade da Federação	Variação (%)				
	Mensal(*)			1º semestre/ 2011(**)	12 meses
	abr/11	mai/11	jun/11		
Rondônia	11,6	8,3	10,3	12,0	19,6
Acre	13,2	19,0	5,4	13,3	17,1
Amazonas	6,9	6,8	5,8	7,1	8,8
Roraima	8,2	6,7	2,0	11,5	17,6
Pará	12,8	3,2	10,5	8,3	9,7
Amapá	-0,9	-8,5	4,6	-0,2	3,9
Tocantins	28,6	26,0	25,7	30,0	48,1
Maranhão	17,9	10,0	4,1	11,6	15,6
Piauí	10,6	6,1	8,7	5,7	3,7
Ceará	8,4	6,8	9,6	9,7	11,5
Rio Grande do Norte	10,3	6,0	8,3	7,7	8,4
Paraíba	25,5	10,6	14,2	18,0	20,2
Pernambuco	13,0	6,0	10,0	7,6	9,6
Alagoas	1,1	3,1	9,1	4,6	7,6
Sergipe	6,0	1,6	0,9	1,9	6,7
Bahia	12,1	7,6	10,4	8,6	8,8
Minas Gerais	14,3	9,7	8,2	11,4	11,5
Espírito Santo	13,1	7,0	7,7	7,8	8,0
Rio de Janeiro	14,1	9,4	6,5	9,0	10,0
São Paulo	8,3	5,4	6,5	6,2	7,9
Paraná	9,2	4,7	6,9	5,1	6,4
Santa Catarina	7,6	2,8	5,2	4,7	6,0
Rio Grande do Sul	10,5	5,4	8,3	7,3	9,6
Mato Grosso do Sul	3,5	9,4	2,5	5,0	8,4
Mato Grosso	7,1	1,2	2,6	4,4	10,3
Goiás	9,4	6,1	8,1	8,7	10,4
Distrito Federal	8,9	3,6	2,9	5,0	6,6
Brasil	10,2	6,3	7,1	7,3	8,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Departamento de Serviços e Comércio.

Elaboração: Seplande - Sinc

(*) Base: Igual mês do ano anterior = 100

(**) Base no ano: Igual período do ano anterior = 100

Base 12 meses: 12 meses imediatamente anteriores aos 12 últimos meses = 100

O Comércio Varejista Ampliado do estado, em junho de 2011 apresentou uma taxa de variação de (11,5%) em relação a junho de 2010, possibilitando um aumento de (7,10%) no primeiro semestre de 2011, e uma expansão de (10,9%) no volume de venda dos últimos 12 meses. Esse aumento é condicionado por diversos fatores como a facilidade de acesso ao crédito, aumento do salário mínimo, programas governamentais, em especial o Bolsa família.

O acesso ao crédito foi um fato preponderante para esse aumento. Com o acesso ao

crédito houve maior consumo de bens. É importante ressaltar o fator da mobilidade social, pois com o aumento da renda e, conseqüentemente, maior intenção de compra, muitos migraram das classes D e E para a classe C.

As políticas sociais e os programas de investimentos federais vêm criando um mercado interno e popular que está modificando a paisagem econômica de Estado. O valor do benefício Bolsa Família representa um ganho de capacidade de compra, corrigindo uma histórica demanda de consumo reprimido. Como consequência dessa dinâmica houve melhoria evidente na vida da população mais pobre e avanço nos setores produtivos voltados para segmentos populares, que atendem o público D e E.

Unidade da Federação	Variação (%)				
	Mensal (*)			1º Semestre/2011 (**)	12 meses
	abr/11	mai/11	jun/11		
Rondônia	5,3	10,1	4,7	5,5	16,1
Acre	24,4	15,3	-2,3	14,8	17,8
Amazonas	2,9	8,5	4,0	3,7	6,2
Roraima	6,7	7,9	1,5	10,7	17,2
Pará	10,8	5,6	13,7	9,0	9,9
Amapá	-0,6	-6,9	-0,6	0,0	7,7
Tocantins	27,0	28,6	15,9	27,6	37,2
Maranhão	17,3	17,7	11,6	12,7	15,3
Piauí	11,1	7,5	10,3	5,0	6,0
Ceará	12,0	12,4	12,8	11,4	14,1
Rio Grande do Norte	8,3	8,7	7,8	7,1	8,6
Paraíba	16,4	10,2	10,4	13,7	17,3
Pernambuco	12,7	9,9	9,8	8,6	11,0
Alagoas	6,1	8,0	11,5	7,1	10,9
Sergipe	2,3	1,4	1,7	1,7	6,0
Bahia	11,3	9,6	10,9	7,8	9,6
Minas Gerais	12,1	16,2	8,5	12,1	13,6
Espírito Santo	35,8	38,6	18,1	27,3	22,5
Rio de Janeiro	14,8	11,9	10,7	9,6	10,2
São Paulo	10,2	12,6	9,0	7,6	9,5
Paraná	14,1	13,5	11,4	10,5	12,2
Santa Catarina	13,4	14,1	7,9	9,9	10,6
Rio Grande do Sul	9,2	10,5	9,3	8,9	11,6
Mato Grosso do Sul	5,1	16,5	5,5	6,9	11,0
Mato Grosso	11,7	13,0	10,3	12,8	16,8
Goiá	18,2	17,2	10,1	12,0	14,6
Distrito Federal	10,9	8,3	4,7	5,3	7,9
Brasil	12,0	12,9	9,5	9,2	11,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Departamento de Serviços e Comércio.

Elaboração: Seplande - Sinc

(*) Base: Igual mês do ano anterior = 100

(**) Base no ano: Igual período do ano anterior = 100

Base 12 meses: 12 meses imediatamente anteriores aos 12 últimos meses = 100

5. Operações de Crédito

5.1 - Brasil

No Brasil, a contribuição ao consumo das famílias por meio do mercado de crédito foi positiva no primeiro semestre de 2011, ainda que tenha perdido um pouco da sua força devido ao aumento da taxa básica de juros e a adoção das já citadas medidas macroprudenciais⁹ para redução da demanda. Em síntese, a elevação das taxas de juros, a redução dos prazos médios e a desaceleração do crescimento dos saldos são os fatores que influenciaram o desempenho do crédito à pessoa física nesse período.

A taxa média de juros para operações de crédito livre à pessoa física apresentou um desempenho de (46,1%)a.a.¹⁰ no primeiro semestre de 2011, o que corresponde a um aumento de 5,7 p.p.¹¹ em relação à taxa de junho de 2010. No mês de junho do corrente ano, a taxa média de juros do crédito pessoal apresentou um desempenho de (49,0%) a.a., aumentando 4,9 p.p. no primeiro semestre do ano e 7,0 p.p. no acumulado de 12 meses. Enquanto os juros para o financiamento de veículos registraram (29,8%) a.a. e avançaram 4,6 p.p. nos primeiros seis meses de 2011 e 6,2 p.p. no acumulado de 12 meses. Em algumas categorias, o aumento dos juros não foi compensado pela ampliação dos prazos.

A evolução do saldo das operações de crédito à pessoa física indica uma desaceleração nessa primeira fatia de 2011. O crédito total a esse segmento disponibilizado pelo sistema financeiro nacional cresceu (7,0%) no primeiro semestre contra (18,0%) em 12 meses. Já as operações de crédito referenciais à taxa de juros aumentaram (12,3%) no ano contra (24,5%) em 12 meses.

⁹ O Conselho Monetário Nacional (CMN) e a diretoria colegiada do Banco Central (BC) adotaram um conjunto de medidas de natureza macroprudencial para aperfeiçoar os instrumentos de regulação existentes, manter a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e permitir a continuidade do desenvolvimento sustentável do mercado de crédito. As iniciativas visam, ainda, dar prosseguimento ao processo de retirada gradual dos incentivos introduzidos para minimizar os efeitos da crise financeira internacional de 2008.

¹⁰ Ao ano

¹¹ Pontos percentuais

Tabela 28
Evolução do crédito a pessoa física
Brasil - Primeiro semestre de 2011

Saldo Pessoa Física (R\$ milhões)	1º Semestre		12 meses ¹
	2010	2011	
Cheque especial	10,1%	26,5%	18,3%
Consignado	17,7%	8,8%	26,1%
Crédito Pessoal (excl. consignado)	12,9%	13,3%	15,8%
Aquisição de veículos	24,9%	12,6%	34,4%
Aquisição de outros bens	-1,6%	-13,5%	-3,5%
Cartão de Crédito	12,7%	13,9%	14,9%
Total (ref. juros)	16,3%	12,3%	24,5%
Total (SFN)	7,5%	7,0%	18,2%
Para Comparação			
Total geral (ref. juros)	9,9%	10,2%	22,3%
Total geral (SFN)	8,1%	7,5%	20,0%
Taxas de Juros (% a.a.)			
Cheque especial	8,9 p.p	14,0 p.p	19,6 p.p
Consignado	-0,1 p.p	0,0 p.p	60,0 p.p
Crédito Pessoal	12,1 p.p	4,9 p.p	7,0 p.p
Aquisição de veículos	12,0 p.p	4,6 p.p	6,0 p.p
Aquisição de outros bens	11,1 p.p	10,1 p.p	6,2 p.p
Total PF	-2,3 p.p	5,5 p.p	5,7 p.p
Para Comparação			
Total geral (PF+PJ)	0,3 p.p	4,5 p.p	4,9 p.p

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: Seplande - Sinc

(1) Junho de 2011/junho de 2010.

No segmento de pessoas jurídicas prevaleceu o aspecto sazonal, no primeiro trimestre de 2011, expresso em expansão da demanda por crédito nos últimos meses de 2010 e posterior redução em janeiro e fevereiro. Em relação à pessoa física, o aumento nas taxas de juros, incidentes sobre as contratações de prazos mais longos, resultou em contenção significativa das concessões a partir de dezembro, especialmente nos financiamentos de veículos e no crédito consignado.

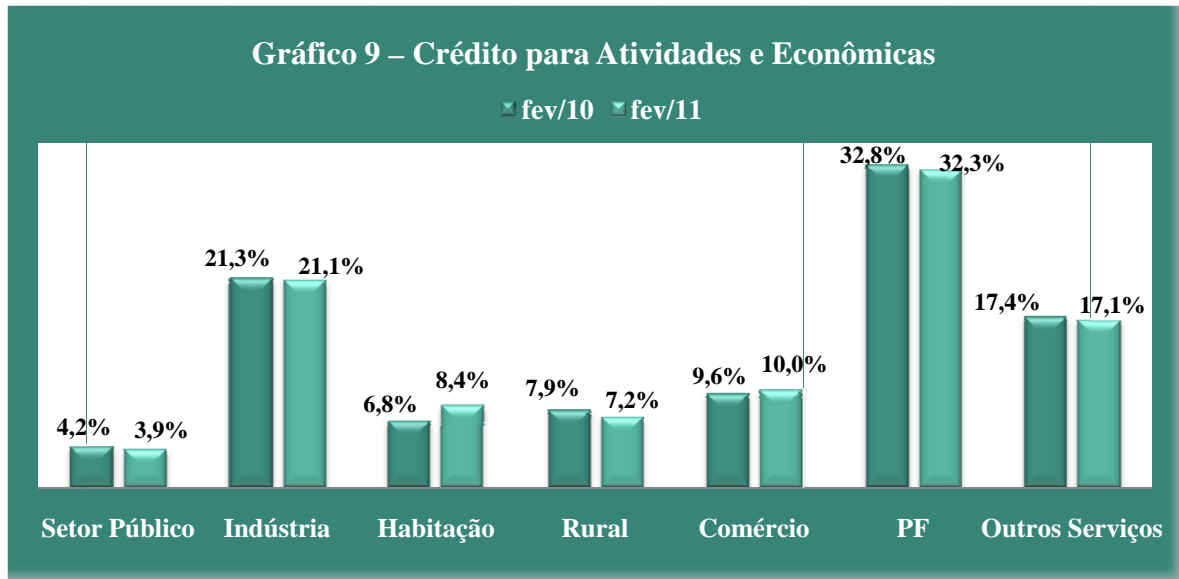
Tabela 29
Evolução do crédito
Brasil

Discriminação	R\$ bilhões					
	2010		2011		Variação%	
	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	3 meses	12 meses
Total	1.678,7	1.705,8	1.715,4	1.738,1	3,5	21
Recursos Livres	1.100,9	1.116,0	1.119,8	1.135,5	3,1	17,8
Direcionados	577,8	589,8	595,5	602,6	4,3	27,5
Participação %:						
Total/PIB	46,0	46,4	46,3	46,5	-	-
Recursos Livres/PIB	30,2	30,4	30,2	30,4	-	-
Recursos Direcionados/PIB	15,8	16,0	16,1	16,1	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Seplande - Sinc

O volume das operações de crédito, que incluem operações com recursos livres e direcionados, atingiu R\$1.738 bilhões em fevereiro, elevando-se (3,5%) no primeiro trimestre e (21,0%) no acumulado dos doze meses. A representatividade das instituições privadas nacionais no total da carteira do sistema financeiro aumentou de 0,2 p.p., para (40,8%), enquanto as referentes aos bancos públicos e às instituições estrangeiras atingiram (41,9% e 17,3%), respectivamente.

O crédito ao setor privado apresentou R\$ 1.670 bilhões em fevereiro, aumentando (3,6%) no trimestre e (21,4%) em doze meses. O resultado trimestral refletiu, em parte, as elevações dos empréstimos nos segmentos comércio com (3,0%), sobressaindo concessões para lojas de departamentos e supermercados; outros serviços com (2,9%), com destaque para os ramos transportes, imóveis e comunicações; e indústria com (1,8%), com ênfase na demanda dos setores automotivo, alimentício e de energia. O crédito habitacional, incluindo financiamentos com recursos livres e direcionados, totalizou R\$ 146,4 bilhões em fevereiro, elevando-se (9,6%) no trimestre e (50,9%) em doze meses. O crédito ao setor público totalizou R\$ 68,2 bilhões em fevereiro, aumentando (1,7%) em relação a novembro e (12,3%) em doze meses.



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Seplande - Sinc

No segundo trimestre de 2011, o crescimento do crédito se mostrou equilibrado entre as carteiras fundamentadas em recursos livres e em recursos direcionados, observando-se relativo decréscimo nas contratações por parte das famílias mais afetadas pelas medidas, no que se refere a financiamentos de veículos e crédito pessoal. No segmento de pessoas jurídicas, apresentaram maior dinamismo as modalidades capital de giro e conta garantida.

Tabela 30
Evolução do crédito
Brasil

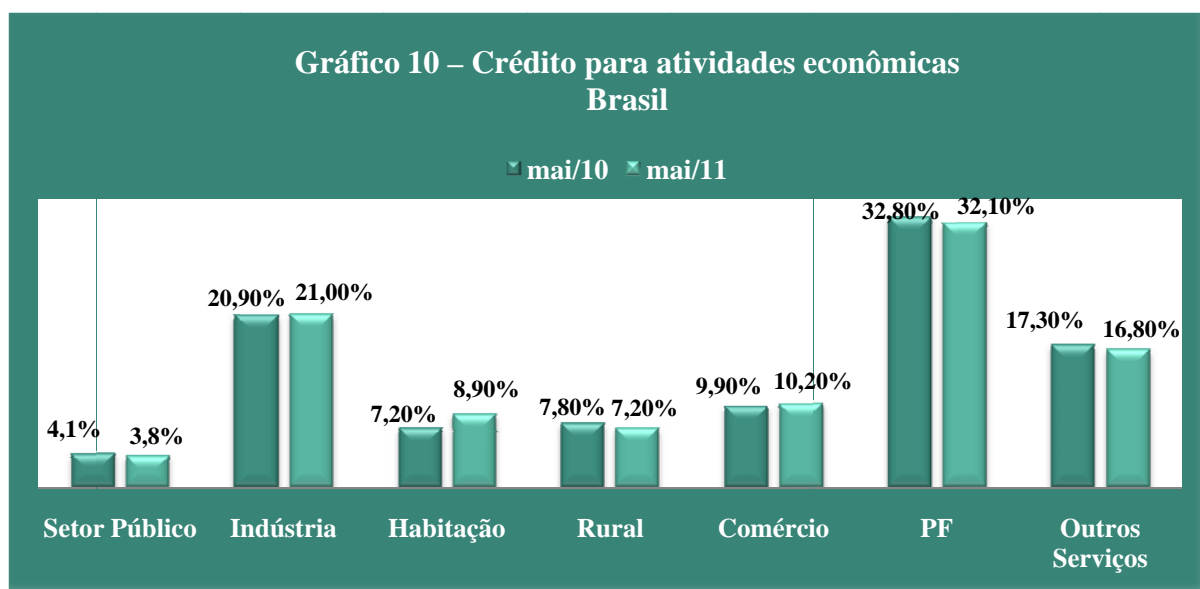
Discriminação	2011				R\$ bilhões	
	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Variação%	
					3 meses	12 meses
Total	1.735,0	1.753,6	1.776,6	1.804,5	4,0	20,4
Recursos Livres	1.132,9	1.145,1	1.161,5	1.179,6	4,1	18,1
Direcionados	602,0	608,6	615,2	624,9	3,8	25,1
Participação %:						
Total/PIB	46,2	46,4	46,6	46,9	-	-
Recursos Livres/PIB	30,2	30,3	30,5	30,6	-	-
Recursos Direcionados/PIB	16,0	16,1	16,1	16,2	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Seplande - Sinc

O saldo total das operações de crédito, computados recursos livres e direcionados, elevou-se (4,0%) no trimestre e (20,4%) em doze meses. As representatividades dos bancos públicos, dos bancos privados nacionais e das instituições estrangeiras no total das operações

de crédito totalizaram (41,8%, 41,0% e 17,2%), respectivamente, registrando, na ordem, variações trimestrais de -0,2 p.p., 0,3 p.p. e -0,1 p.p.

O crédito ao setor privado registrou uma expansão de (4,2%) no trimestre e (20,8%) em doze meses. Os financiamentos destinados ao comércio totalizaram R\$ 183,9 bilhões, aumentando (4,4%) no trimestre. As operações relacionadas à indústria cresceram (3,5%), para R\$ 378,5 bilhões, com ênfase nos ramos de siderurgia, energia e agronegócios. As operações direcionadas a outros serviços, evidenciando a demanda dos segmentos transportes, consultoria de negócios e energia, atingiram R\$ 303,3 bilhões, aumentando (3,2%) no trimestre.



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Seplande - Sinc

A taxa de inadimplência do crédito referencial, considerados atrasos superiores a noventa dias, variou 0,4 p.p. no trimestre e mantendo estabilidade em doze meses. A evolução trimestral refletiu as elevações respectivas de 0,6 p.p. e 0,3 p.p. registradas nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas.

Nesses primeiros seis meses de 2011, o saldo do crédito consignado cresceu (8,8%), comportamento abaixo do registrado no primeiro semestre de 2010, que obteve um total de (17,7%) e em 12 meses, um total de (26,1%). Desempenho semelhante foi verificado no financiamento de veículos, com expansão de (12,6%) em 2011, frente aos (24,9%) no primeiro semestre de 2010, uma média de (34,4%) no ano, e no financiamento de outros bens, com redução de (13,5%), frente (-1,6%) no primeiro semestre de 2010 e (-3,5%) em 12 meses. No crédito pessoal, eliminando-se o crédito consignado, a expansão no primeiro

semestre de 2011 foi de (13,3%), também foi inferior à comparação em 12 meses, que registrou (15,8%), ainda que tenha apresentado pequena aceleração em relação aos (12,9%) observados no primeiro semestre de 2010.

5.2 - Nordeste

Na região Nordeste, segundo o Sistema Financeiro Nacional (SFN), o saldo das operações de crédito superiores a R\$ 5 mil, totalizou R\$ 197 bilhões em fevereiro, elevando-se (8,4%) no primeiro trimestre de 2011 e (33,4%) no acumulado de doze meses.

O saldo relativo às operações no segmento de pessoas jurídicas totalizou R\$ 105 bilhões, aumentando (4,9%) nos primeiros três meses de 2011 e (29,4%) no acumulado do ano. Enquanto o volume relativo ao segmento de pessoas físicas apresentou R\$ 92 bilhões, elevando-se (12,7%) no trimestre e (38,2%) em doze meses. No âmbito das empresas, ressalta-se o dinamismo das modalidades capital de giro, conta garantida e aquisição de bens. E no relativo às famílias, o desempenho das operações de crédito consignado, financiamento a veículos e financiamentos habitacionais.

Neste mesmo período, a taxa de inadimplência atingiu (3,2%), frente (3,4%) em novembro de 2010, recuo ocasionado de variações respectivas de (-0,62 p.p.) e (0,09 p.p.) nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais as taxas situaram-se, na ordem de (4,6%) e (2,0%). No segundo trimestre de 2011, o saldo das operações de crédito totalizou R\$ 192,7 bilhões em maio, elevando-se (4,5%) no segundo trimestre e (26,0%) em doze meses. O segmento de pessoas jurídicas obteve um saldo de R\$ 108,3 bilhões, aumentando no trimestre (4,1%) e (25,5%) no acumulado de 12 meses. O volume relativo ao segmento de pessoas físicas totalizou R\$ 84,4 bilhões, elevando-se (5,0%) no trimestre e (26,7%) em doze meses. No âmbito das empresas, ressalta se o dinamismo das modalidades capital de giro, conta garantida e aquisição de bens, e no relativo às famílias, o desempenho das operações de crédito consignado, financiamento a veículos e financiamentos habitacionais.

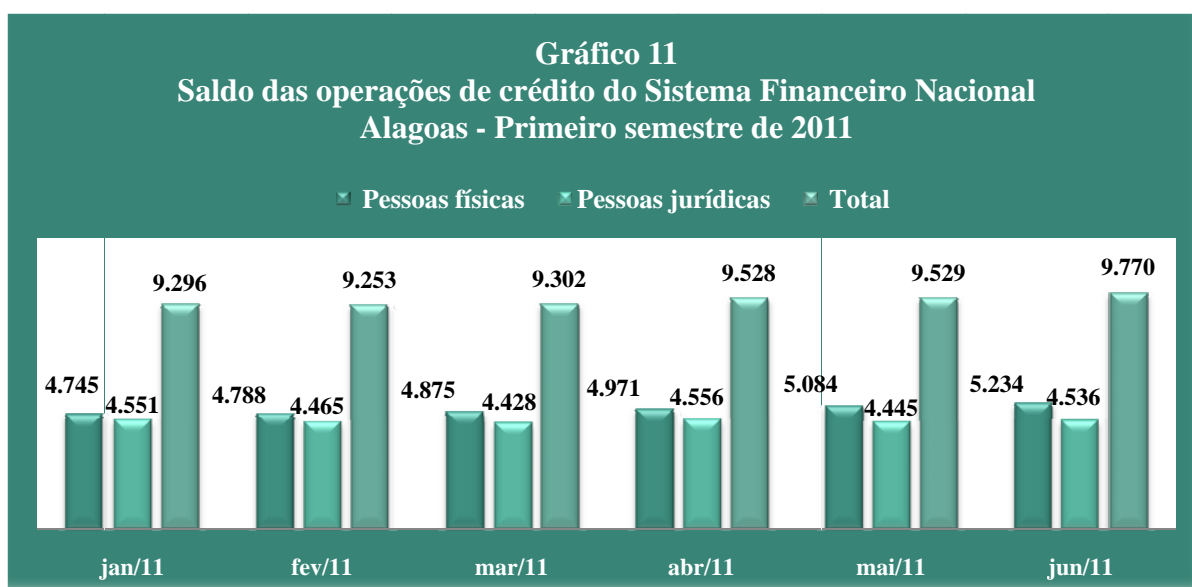
A taxa de inadimplência atingiu (3,38%) em maio, frente (3,16%) em fevereiro, registrando-se elevações respectivas de (0,35 p.p.) e (0,22 p.p.) nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais as taxas situaram-se, na ordem de (4,92%) e (2,23%).

Finalmente, os dados sobre as operações de crédito no Nordeste, no primeiro semestre de 2011, mostram que elas continuam se expandindo em ritmo veloz, apesar de uma ligeira desaceleração no último trimestre.

5.3 - Alagoas

As operações de crédito do estado de Alagoas fecharam o primeiro semestre de 2011 com um saldo total de R\$ 56.678 milhões, segundo dados do Banco Central do Brasil. O comportamento do crédito nesse período demonstrou elevação de (26,1%)¹² em relação ao estoque de crédito utilizado em igual período de 2010.

Os recursos movimentados pelas pessoas físicas apresentaram acréscimo de (34,3%), em relação à primeira metade de 2010, atingindo um saldo de R\$ 29.697 milhões. Para as pessoas jurídicas, houve aumento de (18,1%) nas transações de crédito, totalizando R\$ 26.981 milhões. Ambas as variações são em termos nominais.



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Seplande - Sinc

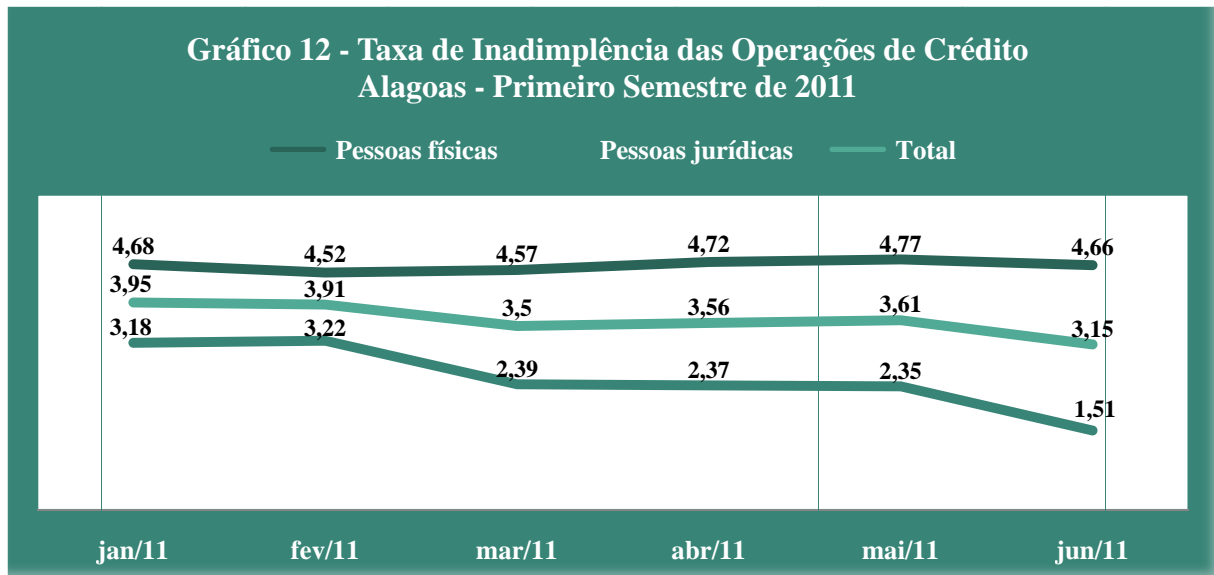
Os resultados verificados no mês de junho de 2011 apresentam um saldo total do crédito transacionado de R\$ 9.770 milhões, com crescimento de (23,5%) sobre junho do ano anterior. Em relação a maio, registrou avanço de (2,5%). O crédito para as pessoas físicas, no último mês de junho, ficou em R\$ 5.234 milhões, assinalando alta de (33,7%) no confronto com junho de 2010 e (2,9%) em relação ao mês anterior. No segmento de pessoas jurídicas, observou-se alta de (13,4%) no ano e (2,0%) no mês, já que apresentou R\$ 4.536 milhões nas operações de crédito.

A taxa de inadimplência total que é correspondente aos contratos que possuem atraso no pagamento há mais de noventa dias, apresentou um saldo de R\$ 21,68 milhões no

¹²Em termos nominais

encerramento do primeiro semestre de 2011, frente aos R\$ 25,28 milhões atingidos no mesmo período de 2010.

No que se refere aos atrasos das pessoas físicas o saldo total chegou a R\$ 27,92 milhões. Já os atrasos relativos às pessoas jurídicas, a inadimplência apresentou um saldo de R\$ 15,02 milhões.



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Seplande - Sinc

Os números relativos à elevação da taxa de endividamento do consumidor alagoano são decorrentes principalmente das mudanças na política econômica do primeiro semestre deste ano, com a adoção das medidas macroprudenciais já mencionadas anteriormente.

O crescimento do nível de endividamento tem menos relação com o descontrole financeiro doméstico e mais com o encarecimento do crédito por meio da elevação das taxas de juros na economia. O que faz aumentar a parcela de comprometimento da renda das famílias com dívidas de origem meramente financeira, e não decorrentes necessariamente de gastos domésticos.

De acordo com o Banco Central¹³ a taxa média anual de juros incidente sobre as operações de crédito referencial aumentou quase um ponto percentual, alcançando 39,8 a.a. As taxas de juros relativas especificamente ao segmento de pessoas físicas atingiram (46,8%), aumento de 1,8 p.p.

Os itens de despesas que mais endividaram os consumidores no período foram: supermercados, vestuário, educação, eletroeletrônicos, habitação, eletrodomésticos,

¹³ Ata da 159ª reunião do Conselho Monetário Nacional. Capítulo dedicado ao crédito e inadimplência.

tratamento de saúde e veículos. Vale ressaltar que os cartões de créditos continuam liderando o *ranking* de responsável pelo endividamento do consumidor. Em seguida tem-se o financiamento, os empréstimos pessoais, carnês de loja, cheques pré-datados e cheques especiais.

6. Turismo

6.1 - Brasil

No Brasil, segundo dados divulgados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), referente aos desembarques internacionais nos aeroportos do país, mostra que no primeiro semestre de 2011, alcançou 4.351.081 passageiros que equivale um aumento de (18,8%) em relação ao mesmo período de 2010. Considerando os desembarques nacionais nos aeroportos do país, no primeiro semestre em 2011, desembarcaram 37.689.051 passageiros que representa um aumento de (19,9%) em relação a 2010. Este acréscimo se deve as políticas nacionais do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, devido à sua importância crescente como atividade geradora de empregos diretos e indiretos e renda. O desempenho nos aeroportos do país, referente aos desembarques nacionais e internacionais houve um acréscimo de (19,8%) no primeiro semestre de 2011 em relação a 2010.

Tabela 31

**Desembarque de passageiros em voos internacionais e nacional
Brasil - Primeiro semestre de 2011**

Movimento/Setor	1º semestre		Var. % 2010/2011
	2010	2011	
Nacional	31.416.485	37.689.051	19,9
Internacional	3.663.376	4.351.081	18,8
Total	35.079.861	42.040.132	19,8

Fonte: Infraero
Elaboração: Seplande - Sinc

6.2 – Nordeste

Em relação à região Nordeste, o movimento de passageiros nos aeroportos representou no primeiro semestre de 2011, um incremento de (18,1%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Os aeroportos de Salvador, Recife, Fortaleza e Natal movimentaram 11.551 mil passageiros, o que representa (74,7%) do total do movimento nos aeroportos administrados pela Infraero no Nordeste. Devido ao aumento do movimento em aeroportos regionais, o Ministério do Turismo (MTur) vem identificando locais prioritários para investimentos em infraestrutura aeroportuária regional. Segundo o Ministério, “o objetivo é estimular o desenvolvimento das rotas de baixa e média densidade de tráfego e o aumento do número de

idades e municípios atendidos pela aviação regional¹⁴”.

6.3 - Alagoas

A Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (Setur) está desenvolvendo ações para promover o turismo alagoano executando ações de divulgação, criação e consolidação de mercados emissores, capacitação de eventos para o Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, bem como da criação de novos destinos e capacitação de verbas federais para desenvolver as regiões turísticas do Estado.

O reflexo desta iniciativa governamental está no aumento do fluxo de passageiros que desembarcaram no Estado no primeiro semestre de 2011. Comparando os dois primeiros semestres de 2011 e 2010, o total de passageiros destinados a Alagoas cresceu (11,1%). Este crescimento é um excelente norteador para os empreendimentos turísticos do Estado, os quais podem, dentro de um cenário de expansão turística, planejar de maneira mais otimista seus investimentos e ações estratégicas futuras.

Contudo, vale destacar que a expansão da quantidade de passageiros desembarcados no Aeroporto Zumbi dos Palmares foi alicerçada no aumento do fluxo de passageiros nacionais com destino ao Estado. Em contrapartida, ocorre uma redução da ordem dos (37,0%) dos passageiros oriundos de outros países. Tal fato pode ter explicação na grande valorização que a moeda brasileira apresentava em relação ao dólar no primeiro semestre de 2011. O real valorizado reduz atratividade do turismo internacional para Alagoas, pois torna mais caro para o turista viajar e consumir dentro do território brasileiro.

Tabela 32
Movimentação operacional no aeroporto Zumbi dos Palmares
Alagoas - Primeiro semestre de 2011

Movimento/Setor	1º semestre		Var. (%) 2011/2010
	2010	2011	
Nacional	691.662	774.730	12,0
Internacional	13.540	8.485	-37,3
Total	705.202	783.215	11,1

Fonte: Infraero
Elaboração: Seplande - Sinc

¹⁴MTur, 2011

O segmento de cruzeiros marítimos vem crescendo no estado, desde que a capital alagoana foi incluída na rota dos transatlânticos. Isto gerou uma grande movimentação de cruzeiristas dinamizando o setor do turismo e a economia local.

No primeiro semestre de 2011 em relação a 2010, o fluxo de navios turísticos no Porto de Maceió¹⁵, representou uma redução de (12,50%) de navios atracados. Em relação ao número de passageiros a bordo, ocorreu um decréscimo de (0,03%) quando comparado ao mesmo semestre do ano anterior.

A explicação para que uma grande diminuição do número de navios atracados não tenha ocasionado uma significativa queda de passageiros desembarcados decorre da recente entrada de navios de maior porte, no estado, logicamente, comportam uma maior quantidade de passageiros. Assim, Alagoas passou a atrair para seu sistema turístico grandes embarcações, o que corrobora para firmar o Estado entre os principais destinos turísticos do País.

Tabela 33

**Fluxo de navios no porto de Jaraguá
Alagoas - Primeiro semestre de 2011**

Movimento	1º Semestre		Var. % 2010/2011
	2010	2011	
Navios	40,00	35,00	-12,50
Passageiros	68.743	68.721	-0,03

Fonte: Administração do porto de Maceió

Elaboração: Seplande - Sinc

O bom fluxo de turistas desembarcados em Alagoas resulta em um aumento da ocupação hoteleira estadual. De acordo com o Boletim de Ocupação Hoteleira realizado pela Superintendência de Investimentos da Setur-AL, a média do fluxo de hóspedes no primeiro semestre de 2011, obteve um acréscimo de (11,3%) em relação a 2010. Além disso, outro reflexo do bom desempenho turístico do Estado é o crescimento de (7,6%) na geração de diárias do período em análise em relação ao mesmo período do ano anterior.

Alagoas está reduzindo a sazonalidade característica do setor de turismo praia/mar com o aumento do fluxo de hóspedes nos feriados e finais de semana, bem como no investimento de outras formas de turismo, como o de aventura e o de lagoas. De acordo com a

¹⁵O fluxo de navios é contabilizado através de temporada, que começa a partir de novembro e se estende até maio do ano seguinte, isto depende da data móvel do carnaval. Contudo, para os objetivos e periodicidade da Conjuntura Econômica de Alagoas, a comparação entre as temporadas de cruzeiros marítimos será feita por semestre e não por temporada como comumente é feito.

tabela 34 verifica-se que a taxa média de ocupação das unidades hoteleiras passou de (71,9%) em 2010, para (72,1%) em 2011.

Tabela 34

Meios de Hospedagem classificados e não classificados (média)

Alagoas - Primeiro semestre de 2011

Categoria	Anos		VAR. %
	2010	2011	2010/2011
Fluxo de entrada de hóspedes	43.910,0	48.869,0	11,3
Permanência média	3,7	3,6	-2,7
Taxa média de ocupação de unidades habitacionais	71,9	72,1	0,3
Geração de diárias	164.644,0	177.173,0	7,6

Fonte: Secretaria do Estado do Turismo de Alagoas

Elaboração: Seplande - Sinc

7. Mercado de Trabalho

7.1 - Brasil

O Brasil criou 1.414.600 empregos formais no primeiro semestre de 2011. Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho (MTE), é possível visualizar o bom desempenho da economia na geração média de 210.857 mil novos postos de trabalho ao mês em todo o território nacional e na melhoria das condições de emprego.

Os indicadores demonstram a continuidade do crescimento da economia, porém em um ritmo menor. Na comparação com o primeiro semestre de 2010, o avanço de (4,2%) apontou o bom desempenho do Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, os números não foram suficientes para evitar uma redução na taxa de expansão acumulada do PIB em quatro trimestres, que passou (de 7,5% para 6,2%).

Tabela 35
Evolução do emprego por setores da atividade econômica
Brasil - Primeiro semestre de 2011

Atividades Econômicas	Admis.	Deslig.	Saldo
Extrativa Mineral	34.094	22.721	11.373
Indústria de Transformação	2.212.020	1.950.505	261.515
Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP	52.890	46.023	6.867
Construção Civil	1.435.068	1.248.844	186.224
Comércio	2.458.636	2.337.654	120.982
Serviços	4.115.068	3.550.898	564.170
Administração Pública	70.974	42.826	28.148
Agropecuária	788.333	552.952	235.381
Total	11.167.083	9.752.423	1.414.660

Fonte: CAGED
Elaboração: Seplande - Sinc

Todos os setores de atividade econômica expandiram o nível de emprego, apresentando saldos recordes nesse período. O setor de Serviços foi o líder da geração de empregos durante o primeiro semestre de 2011, com a criação de 564.170 postos de trabalho esboçando um aumento de (3,9%). Esse desempenho se deve ao aquecimento do mercado interno brasileiro e recuperação econômica frente a 2010. O acumulado do ano no setor representou (40,0%) do total de empregos gerados no período.

A Indústria de Transformação foi o segundo subsetor que mais gerou empregos no

período, representando um aumento de 261.515 postos de trabalho e registrando um crescimento de (3,3%).

O setor Agrícola, com a criação de 235.381 empregos, registrou a maior taxa de crescimento entre os setores no primeiro semestre de 2011 (15,8%) e o segundo maior saldo na série com ajuste semestral, menor apenas que o verificado em 2007 (259.383 postos).

Dados do CAGED demonstram que nesse semestre, a segunda maior taxa de crescimento que corresponde a (7,33%) ficou a cargo do setor de Construção Civil, com a geração de 186.224 postos de trabalho.

Para o Comércio houve um aumento de 120.982 postos de trabalho no período, que decorreu da geração de 45.307 postos no comércio atacadista e de 75.675 postos do comércio varejista.

Com relação aos dados sobre atividade e desocupação, em 2011, os números tiveram um comportamento bem parecido com o do primeiro semestre de 2010. Em ambos os semestres, a taxa de atividade média foi de (56,9%), o que representa 23,8 milhões de pessoas ocupadas ou procurando emprego.

No primeiro semestre de 2011, a média da população ocupada nas Regiões Metropolitanas (RMs) correspondeu a aproximadamente 22,3 milhões de pessoas, um aumento de (2,4%) na comparação com o mesmo período do ano passado. Destacaram-se os crescimentos de Porto Alegre (4,7%), Recife (3,4%) e Belo Horizonte (3,1%).

O rendimento médio nas seis RMs ficou em R\$ 1.570,90 em valores de junho de 2011, um ganho de (3,9%) em relação à média semestral de 2010 e, apesar de sofrer uma queda em abril, alcançou em junho o seu maior valor no ano, R\$ 1.578,50.

7.2 - Nordeste

A Região Nordeste, no período de janeiro a junho de 2011, registrou a criação de 80.801 novos postos de trabalho. Apenas em junho, o Nordeste criou quase metade do número de empregos verificados no primeiro semestre, apresentando 39.953 novos postos de trabalho. A expansão do emprego na região se deve, principalmente, ao bom desempenho dos setores de serviços, agropecuária, construção civil e indústria de transformação. Em relação às demais regiões brasileiras, o nordeste fica atrás apenas da Região Sudeste.

Apesar do número positivo apresentado pela região em junho, três estados nordestinos registraram saldo negativo na geração de empregos, no balanço do primeiro semestre de 2011: Alagoas com (-28.537) postos, Rio Grande do Norte (-1.703) e Paraíba (-760) postos. A

redução no nível de emprego nos estados citados está relacionada às atividades sazonais da cadeia produtiva sucroenergética. Os estados nordestinos que apresentaram as maiores taxas de crescimento do mercado de trabalho foram: Bahia (3,8%), Piauí (2,3%) e Sergipe (2,1%).

7.3 - Alagoas

O Estado de Alagoas, no tocante ao mercado de trabalho formal, registrou saldo negativo no primeiro semestre de 2011 apresentando uma redução de 28.537 postos de trabalho com carteira assinada, frente à redução de (-35.450) postos de trabalho registrados em igual período de 2010. Os números negativos são decorrentes da sazonalidade da contratação de mão-de-obra ocupada nas lavouras permanentes e na produção de cana-de-açúcar e sua cadeia produtiva.

O resultado é influenciado, principalmente, pela Indústria de Transformação, que inclui o setor sucroenergético e registrou um grande *déficit*, com saldo negativo 36.763, decorrente das demissões pós-safra. Seguido do setor Agropecuário, que obteve uma redução de 822 postos de trabalho.

Tabela 36
Evolução do emprego por setores da atividade econômica
Alagoas - Primeiro semestre de 2011

Atividades Econômicas	Admis.	Deslig.	Saldo	Admis.	Deslig.	Saldo
	2010			2011		
Extrativa Mineral	134	110	24	145	137	8
Indústria de Transformação	6.602	46.861	-40.259	9.873	46.636	-36.763
Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP	447	414	33	667	402	265
Construção Civil	9.895	6.365	3.530	18.336	13.142	5.194
Comércio	11.602	11.209	393	14.776	14.128	648
Serviços	12.495	10.866	1.629	19.721	17.003	2.718
Administração Pública	11	40	-29	282	67	215
Agropecuária	1.604	2.375	-771	2.594	3.416	-822
Total	42.790	78.240	-35.450	66.394	94.931	-28.537

Fonte: CAGED

Elaboração: Seplande - Sinc

Por outro lado, houve um excelente desempenho do setor de Construção Civil que gerou nesse período 5.194 novos postos de trabalho, resultando no maior saldo de empregos com carteira assinada. A Construção Civil vem sendo beneficiada por programas de governo voltados à habitação, Alagoas é o segundo Estado do Nordeste em contratações do programa Minha Casa Minha Vida, ficando atrás somente da Bahia. Até junho de 2011, foram

construídos 4.570 imóveis, financiados pelo Minha Casa Minha Vida 2, para famílias com renda entre três e dez salários mínimos, perfazendo um investimento na ordem de R\$ 243 milhões.

Outro setor responsável pela redução na quantidade de demissões no estado foi o de Serviços, que criou 2.718 novos postos de trabalho com carteira assinada, entre eles o turismo. Tal fato se deve a sazonalidade das maiores festividades brasileiras (natal, ano novo e carnaval), onde são contratados vários funcionários para suprir a grande demanda do período. Ademais, os números negativos em relação a mão-de-obra do setor de serviços deve-se também ao arrefecimento na área de turismo, onde, após o término do período de férias e do verão ocorrem desligamentos do quadro de funcionários das empresas.

Em junho de 2011, foram criados 1.450 empregos celetistas, equivalente à elevação de (0,47%) em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior. Em termos absolutos e relativos esse foi o terceiro melhor desempenho da série histórica do CAGED para o período. Os setores de atividades que mais contribuíram para este resultado foram os Serviços e Construção Civil com 505 e 428 postos de trabalho respectivamente.

Tabela 37
Evolução do emprego por setores da atividade econômica
Alagoas - Saldo Junho de 2011

Atividades Econômicas	Variação	
	Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	3	0,30
Indústria de Transformação	-98	-0,14
Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP	34	0,68
Construção Civil	428	1,46
Comércio	187	0,27
Serviços	505	0,50
Administração Pública	0	0,00
Agropecuária	391	3,06
Total	1.450	0,47

Fonte: CAGED
Elaboração: Seplande - Sinc

A evolução do emprego da indústria de transformação no Estado de Alagoas obteve o melhor resultado no primeiro semestre de 2011, retratando recordes em 10 de seus segmentos, com destaque: minerais não-metálicos, editorial e gráfica, indústrias diversas e mobiliárias e sucroenergético.

Tabela 38**Evolução do emprego da indústria de transformação e segmentos****Alagoas - Junho de 2011**

Indústria de Transformação/ Segmentos	Admis.	Deslig.	Saldo
Ind. Prod. Min. Não Metálicos	63	91	-28
Ind. Metalúrgica	152	48	104
Ind. Mecânica	38	73	-35
Ind. Materiais Elétricos e Comunicações	2	0	2
Ind. Materiais de Transporte	9	16	-7
Ind. Madeira e Mobiliários	25	27	-2
Ind. Papel, Papelão, Editor	26	10	16
Ind. Borracha, Fumo, Couros	8	10	-2
Ind. Quím., Prod. Farm. Veter.	206	104	102
Ind. Têxtil, Vestuário	31	24	7
Ind. Calçados	11	7	4
Ind. Prod. Aliment. Bebidas	984	1.243	-259
Total	1.555	1.653	-98

Fonte: CAGED**Elaboração: Seplande-Sinc**

8. Finanças Públicas

8.1 - União

As Finanças Públicas da União, segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), apresentaram, no primeiro semestre de 2011, um *superávit* primário correspondente a aproximadamente R\$ 55 bilhões, registrando uma alta de (123,0%) ante o número acumulado no mesmo período do ano passado (R\$ 22,89 bilhões). Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 27,6 bilhões (57,9%) no *superávit* do Tesouro e a redução de R\$ 3,1 bilhões (13,6%) no *déficit* da Previdência Social.

Em junho, o *superávit* do governo central foi de R\$ 10,5 bilhões, contra saldo positivo de R\$ 4,1 bilhões, em maio. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com *superávit* de R\$ 12,5 bilhões, enquanto a Previdência e o Banco Central (BC) apresentaram *déficits* de R\$ 1,9 bilhão e R\$ 112,0 milhões, respectivamente.

8.1.1 – Receitas

Na comparação com o primeiro semestre de 2010, as receitas subiram (19,2%) enquanto que os gastos públicos avançaram (18,2%). Já no primeiro semestre de 2011, ao mesmo tempo em que a arrecadação subiu (19,3%), as despesas tiveram alta de (10,8%).

Segundo dados da Receita Federal, a arrecadação total de impostos e contribuições federais acumulou no primeiro semestre de 2011, em termos nominais, R\$ 482, 610 bilhões. O resultado é recorde e representa um crescimento real de (12,7%) (R\$ 77, 068 bilhões) em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em junho, a arrecadação ficou em R\$ 82, 726 bilhões, em termos nominais, valor que também é recorde para o mês. O resultado representa crescimento de (15,5%) em comparação a maio de 2011 e de (23,1%) em relação a junho de 2010.

A consolidação de dívidas do chamado Refis da Crise¹⁶, para ajudar as empresas brasileiras ante a crise financeira internacional, foi um dos principais motivos para o resultado da arrecadação em junho de 2011. Enquanto em junho de 2010 a Receita arrecadou R\$ 615 milhões com o programa de refinanciamento de tributos, em junho deste ano o valor somou R\$ 6, 757 bilhões. Os números consideram, ainda, os efeitos da inflação sobre a arrecadação,

¹⁶ "REFIS da Crise" é o nome dado ao parcelamento de débitos tributários, instituído pela Lei nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009. Seu nome deriva da crise econômica mundial, que atingiu as empresas brasileiras, especialmente exportadoras, no período de 2008 a 2010. Este parcelamento também foi denominado "REFIS IV", por ser a 4ª vez que o governo federal do Brasil fez amplo parcelamento de débitos tributários aos contribuintes.

uma vez que, se não fosse considerado o aumento de preços e do custo de vida no país, a arrecadação da Receita Federal seria menor que R\$ 465 bilhões.

A receita previdenciária, o IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) ainda aparecem como as principais fontes de renda para o governo no acumulado de janeiro a junho de 2011, totalizando R\$ 305,632 bilhões dos R\$ 456,501 bilhões administrados pelo Fisco.

O IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) foi responsável pela arrecadação de R\$ 9,580 bilhões no primeiro semestre de 2011, aumento de (25,8%) e que reflete o crescimento no recolhimento decorrente da tributação do lucro obtido na alienação de bens e direitos.

Considerando a correção da arrecadação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), as receitas no primeiro semestre de 2011 apresentaram um crescimento de R\$ 53,041 bilhões. Os maiores crescimentos de arrecadação foram verificados nos setores de instituições financeiras (14,4%), de mineração (11,5%), comércio atacadista (11,1%), fabricação de veículos automotores (9,4%) e comércio varejista (8,0%).

Um levantamento da Receita Federal indica que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) cresceu (22,7%) no primeiro semestre de 2011. O mês de junho contribuiu com um total de 5,5 bilhões, valor (17,7%) maior do que o mesmo período do ano passado. Já em comparação com o mês de maio deste ano, o repasse teve uma queda de (9,7%).

A arrecadação cresce, principalmente, devido ao dinamismo do mercado de trabalho. O que tem ampliado a arrecadação é o aumento da formalização da mão de obra, puxada pelo mercado doméstico ainda forte e não a elevação de alíquota de imposto.

Tabela 39
Resultado fiscal do governo central
Brasil - Primeiro semestre 2010/2011

Resultado Primário	Primeiro semestre		(R\$ Milhões)
	2010	2011	Var. (%) 2011/2010
I. Receita total	399.104,40	480.011,60	20,2
I.1. Receitas do Tesouro	303.348,00	368.689,70	21,5
I.1.1 Receita Bruta	307.619,80	373.021,80	21,2
- Impostos	140.823,00	176.464,10	25,3
- Contribuições	117.555,00	137.883,70	17,2
- Demais	49.241,80	58.723,90	19,2
I.1.2. (-) Restituições	-4.173,20	-4.210,20	0,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-98,60	-121,90	23,6
I.2. Receitas da Previdência Social	94.658,30	110.111,70	16,3
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano	92.393,20	107.570,40	16,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural	2.265,10	2.541,40	12,2
I.3. Receitas do Banco Central	1.098,10	1.210,20	10,2
II. Transferências a estados e municípios	69.157,90	86.544,00	25,1
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	51.357,60	66.257,90	29,0
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	975,00	975,00	0,0
II.3. Transferências da Cide	907,80	955,00	5,2
II.4. Demais	15.917,60	18.356,10	15,3
III. Receita líquida total (I-II)	329.946,50	393.467,60	19,2

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: Seplande - Sinc

8.1.2 - Despesas

As despesas do governo central cresceram menos, em termos nominais, do que a expansão da economia, fechando o primeiro semestre de 2011 com um valor correspondente a R\$ 337.473,9 bilhões.

A elevação dos gastos governamentais foi de (10,8%), enquanto o crescimento estimado para o PIB foi de (12,3%), de acordo com dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional. A receita total do Tesouro e da Previdência aumentou (20,3%) em relação ao primeiro semestre de 2010, o que explica o forte resultado fiscal obtido.

As despesas com pessoal cresceram (11,3%), e com investimentos, apenas (1,5%) no mesmo período de comparação. Os dados do tesouro nacional mostraram que os investimentos totalizaram R\$ 20,9 bilhões, de janeiro a junho, enquanto que no mesmo período do ano anterior foram de R\$ 20,6 bilhões.

As despesas com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) aumentaram (35,4%), atingindo R\$ 12,2 bilhões no primeiro semestre 2011. No primeiro semestre do ano passado as despesas com o PAC somaram R\$ 9 bilhões.

Desde o início do ano os investimentos totais vêm mostrando uma desaceleração. Em janeiro, eles cresceram (85,3%), caíram para (9,2%), no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período de 2010, e encerraram o primeiro semestre com um crescimento de (1,5%). As obras do PAC, embora ainda mostrem mais vigor, também estão desacelerando. Em janeiro tiveram um crescimento de 176,4% em relação a janeiro de 2010, passaram para um aumento de (35,4%) no acumulado do primeiro trimestre; tiveram um leve crescimento no primeiro quadrimestre, atingindo (39,3%), mas voltaram a desacelerar, fechando o primeiro semestre com um crescimento de (35,4%) na comparação com igual período do ano passado.

As transferências da União para Estados e municípios subiram (251,0%) no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado, o que corresponde a R\$ 86.544 bilhões. Os dados do Tesouro mostram que o crescimento das despesas nos primeiros seis meses de 2011 foi menor que em igual período de 2010, quando os gastos superaram em (18,2%) o valor desembolsado no primeiro semestre de 2009. As receitas cresceram (20,3%), de janeiro a junho de 2011, ante um crescimento de (16,9%) no primeiro semestre de 2010 em relação ao mesmo período de 2009.

Um levantamento da Receita Federal indica que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) cresceu (2,7%) no primeiro semestre de 2011. O mês de junho fechou com um total de 5,5 bilhões, valor (17,7%) maior do que o mesmo período do ano passado. Já em comparação com o mês de maio deste ano, o repasse teve uma queda de (9,7%).

O governo federal teve em junho um reforço de R\$ 2,302 bilhões decorrente do pagamento de dividendos feito por empresas estatais. Segundo os dados do Tesouro Nacional, o pagamento de dividendos no primeiro semestre atingiu (0,5%) do Produto Interno Bruto (PIB) ante (0,5%) do PIB no mesmo período de 2010. As receitas com *royalties* somaram em junho R\$ 1, 475 bilhão.

Tabela 39 (Continuação)
Resultado fiscal do governo central
Brasil - Primeiro semestre 2010/2011

Resultado Primário	Primeiro semestre		Var. (%) 2011/2010
	2010	2011	
IV. Despesa total	305.049,70	337.473,90	10,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	78.190,80	87.037,80	11,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	117.253,90	129.637,80	10,5
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano	91.174,50	101.223,70	11
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural	26.079,40	28.414,10	8,9
IV.3. Custeio e Capital	107.643,10	118.178,40	9,7
IV.3.1. Despesa do FAT	11.026,90	12.030,40	9,1
- Abono e Seguro Desemprego	10.764,20	11.794,50	9,5
- Demais Despesas do FAT	262,70	235,90	-10,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	5.022,10	5.327,30	6,0
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.536,10	3.176,70	-10,1
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.486,00	2.150,60	44,7
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)	10.909,70	12.273,60	12,5
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	80.684,40	88.547,10	9,7
- Outras Despesas de Custeio	60.552,60	63.420,40	4,7
- Outras Despesas de Capital	20.131,80	25.126,70	24,8
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	578,30	1.036,10	79,1
IV.5. Despesas do Banco Central	1.383,60	1.583,80	14,4
V. Fundo Soberano DO Brasil - FSB	0,00	0,00	0,0
VI. Resultado primário governo central (III - IV - V)	24.896,80	55.993,80	124,9
VI.1. Tesouro Nacional	47.777,90	75.893,40	58,8
VI.2. Previdência Social (RGPS)	-22.595,50	-19.526,10	-13,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano	1.218,80	6.346,70	420,7
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural	-23.814,30	-25.872,70	8,6
VI.3. Banco Central	-285,50	-373,50	30,8
VII. Ajuste metodológico	518,90	813,20	56,7
VIII. Discrepância estatística	-648,70	-1.417,80	118,5
IX. Resultado primário do governo central (VI + VII + VIII)	24.767,00	55.389,10	123,6
Resultado Nominal			
X. Juros nominais	-58.114,00	-89.021,10	53,1
XI. Resultado nominal do governo central (IX + X)	-33.346,90	-33.632,00	0,8

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: Seplande – Sinc

8.2 Nordeste

No Nordeste, as transferências federais aumentaram (29,5%), no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta expansão dos recursos das transferências federais ocorreu devido ao momento conjuntural das arrecadações federais que obteve uma arrecadação recorde devido ao crescimento da atividade econômica do País. Este fato tem como uma das explicações o aumento da produtividade fiscal, inclusive, com redução da evasão. Os estados nordestinos que obtiveram variações acima da região nordeste foram: Alagoas (30,7%), Ceará (30,3%), Maranhão (35,4%) e Piauí (29,6%).

Tabela 40
Transferências federais para os Estados do Nordeste
Primeiro semestre 2010/2011

UF	Ano		Var.(%) 2011/2010
	2010	2011	
Nordeste	14.222.080.782,9	18.423.898.244	29,5
Alagoas	1.019.634.059,2	1.332.818.830	30,7
Bahia	2.882.083.396,9	3.722.141.879	29,1
Ceará	1.894.813.051,5	2.469.403.403	30,3
Maranhão	1.828.876.999,2	2.477.317.807	35,4
Paraíba	1.258.055.473,0	1.624.497.068	29,1
Pernambuco	2.135.303.107,9	2.696.005.990	26,2
Piauí	1.097.588.931,8	1.422.444.545	29,6
Rio Grande do Norte	1.093.400.532,1	1.394.041.904	27,5
Sergipe	1.012.325.230,9	1.285.226.818	26,9

Fonte: Tesouro Nacional
Elaboração: Seplande – Sinc

8.3. Alagoas

8.3.1 - Receitas

O crescimento das receitas correntes foi prejudicado no ano de 2009 em decorrência da política econômica do governo federal de isenção de impostos, base de cálculo das transferências de FPE, para evitar reflexos recessivos da crise mundial.

A receita tributária é resultante da cobrança de Impostos (ICMS, IPVA, ITCD), Taxas e Contribuições de Melhoria tendo grande impacto na composição da receita.

A receita orçamentária do Estado de Alagoas registrou em 2011 um aumento de (22,0%), quando comparado ao mesmo período de 2010: saindo de R\$ 2,369 bilhões, para R\$ 2,891 bilhões. Este desempenho deve ser creditado, principalmente, ao crescimento das

receitas do Tesouro Estadual donde as principais contribuições são: receita própria (ICMS (16,8%), IPVA (17,6%) e FECOEP (16,9%) e transferências federais (FPE (29,1%), Recursos Hídricos (38,25%), Recursos Minerais (92,4%), FEP (22,2%), FUNDEB (25,4%)).

As Transferências Correntes são compostas principalmente por recursos transferidos pela União seja por determinação legal ou constitucional, seja por transferências voluntárias (convênios), sendo a maior fonte de recursos do Estado de Alagoas, representando (56,2%) do total da receita arrecadada no primeiro semestre de 2011.

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) apresentou um acréscimo de (29,1%) em relação ao semestre anterior, cuja participação no exercício total da receita estadual foi de (45,1%). O FPE é uma receita derivada da arrecadação fiscal do imposto de renda e proventos de qualquer natureza e sobre os produtos industrializados (IPI) feitos a favor da união. O crescimento das receitas correntes foi prejudicado no ano de 2009 em decorrência da política econômica do governo federal de isenção de impostos, base de cálculo das transferências de FPE, para evitar reflexos recessivos da crise mundial. Nos anos posteriores houve recuperação na arrecadação desta receita. As receitas de arrecadação própria mantiveram a tendência de crescimento durante esse período.

8.3.2 - Despesas

No tocante as despesas do Estado de Alagoas, houve um aumento de (10,2%), no primeiro semestre de 2011 em comparação com o mesmo período do ano anterior: saindo de R\$ 2,243 bilhões para 2,472 bilhões. As despesas correntes tiveram um incremento de (9,8%) no mesmo período, pressionadas pelo aumento da despesa de pessoal e outras despesas correntes.

As Despesas com Pessoal e Encargos representam para o Estado a maior parte dos recursos orçamentários disponíveis, representando (41,3%) da despesa total do Estado no primeiro semestre.

As Despesas de Capital realizadas, no período em análise, totalizaram R\$ 478,5 milhões, o que representou um acréscimo (5,0%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal fato é evidenciando a política de priorização do governo em obras estruturantes.

As Transferências de Municípios representou um aumento de (27,1%) no primeiro semestre de 2011 em relação a 2010 saindo de 2,243 bilhões para 2,472 bilhões.

Tabela 41
Receitas e Despesas
Alagoas - Primeiro semestre 2011

Receitas	Ano		Var.(%) 2011/2010
	2010	2011	
Receita Própria	1.094.802.512,8	1.267.421.759,2	15,7
ICMS	953.197.960,0	1.114.042.596,9	16,8
IPVA	49.960.337,6	58.770.278,0	17,6
ITCD	1.894.312,2	1.804.172,0	-4,7
FECOEP	20.221.489,0	23.645.695,4	16,9
Imposto S/Renda e Proventos	49.807.593,9	44.997.294,2	-9,6
Taxas	1.335.897,7	1.243.153,2	-6,9
Outras Receitas	18.384.922,1	22.918.569,3	24,6
Transferências Federais	1.275.025.934,6	1.624.076.537,6	27,3
FPE	1.010.550.256,5	1.304.691.120,7	29,1
IPI	4.436.893,6	3.247.253,3	-26,8
CIDE	12.783.739,2	13.383.158,7	4,6
Recursos Hídricos	4.848.663,4	6.703.065,2	38,2
Recursos Minerais	79.553,3	153.117,9	92,4
Royalties p/exced.prod.do petróleo	16.445.226,1	14.165.868,3	-13,8
FEP	3.303.156,1	4.036.846,3	22,2
Transferência Financeira - l.c. num.87/96	6.144.108,7	6.144.108,7	0,0
FUNDEB	216.434.337,2	271.551.998,2	25,4
Total da Receita	2.369.828.447,4	2.891.498.296,9	22,0
Despesas			
Poder Executivo	1.697.735.173,5	1.843.508.183,8	8,5
Despesas Correntes	1.242.254.254,9	1.364.987.839,0	9,8
Pessoal e Encargos	872.124.983,6	922.293.764,4	5,7
Juros e Encargos da Dívida	58.879.403,2	99.897.109,1	69,6
Outras Despesas Correntes	311.249.868,0	342.796.965,4	10,1
Despesas de Capital	455.480.918,6	478.520.344,8	5,0
Investimento	288.332.573,6	254.047.570,5	-11,8
Inversões Financeiras	615.695,0	5.088.500,0	726,4
Amortização	166.532.649,8	219.384.274,2	31,7
Transferências a Poderes	251.176.032,0	254.981.796,3	1,5
Assembléia Legislativa	67.644.216,7	70.314.624,5	3,9
Tribunal de Contas	29.122.188,1	29.280.848,2	0,5
Tribunal de Justiça	113.581.423,6	115.072.488,3	1,3
Ministério Público	40.828.203,4	40.313.835,1	-1,2
Transferências a Municípios	294.244.833,8	374.071.301,1	27,1
Total da Despesa	2.243.156.039,4	2.472.561.281,3	10,2

Fonte: Extrator - SIAFEM

Elaboração: Seplande – Sinc

9. Considerações Finais

A análise da conjuntura econômica alagoana no primeiro semestre de 2011 demonstrou que um bom momento da economia brasileira refletiu na economia nordestina, e consequentemente em Alagoas.

No setor agrícola de Alagoas, o plantio de cana ainda possui grande influência econômica, porém a presença de outras culturas vem crescendo de forma significativa nos últimos anos. O bom desempenho na safra 2010 e o crescimento em 2011 nas culturas de cana-de-açúcar, feijão, milho e algodão justificaram os resultados positivos de Alagoas no setor.

A indústria nacional também apresentou números positivos no 1º semestre de 2011, com alta de 1,7% no período. Entretanto, a Região Nordeste apresentou decréscimo, com a diminuição da participação de alguns setores industriais. Em Alagoas, a tendência foi semelhante à média brasileira, influenciada principalmente pela concentração de 04 subsetores industriais (química, alimentos e bebidas, açucareira e extração e tratamento mineral) que apresentaram números positivos. Ademais, a média de venda industrial nos principais subsetores alagoano também variou positivamente, quando comparada com o ano anterior. Tais resultados são frutos da estabilização econômica brasileira e as medidas macroprudenciais adotadas no combate a crise econômica financeira.

A balança comercial de Alagoas, embora modesta quando comparada aos demais Estados da Federação, aumentou em relação ao mesmo período do ano anterior. O bom desempenho do setor sucroenergético e químico influencia diretamente a balança comercial alagoana, e como observado anteriormente, cresceu no período.

O subsetores do setor terciário, caso do comércio, também sentiu os efeitos positivos da recuperação econômica e apresentou alta no período no Brasil, Região Nordeste e Alagoas. O comércio varejista alagoano, embora em alta, cresceu num ritmo menor que os anos anteriores. Isso se justifica pela restrição a crédito e aumento nas taxas de juros, que provocou aumento na inadimplência. Destarte, o comércio só não apresentou números menores, devido ao aumento real do salário mínimo e manutenção dos programas federais de transferência de renda.

Em relação ao turismo, importante gerador de emprego e renda em Alagoas dada as belezas naturais do Estado, apresentou números positivos. Um fato relevante, é que o turismo nacional vem crescendo a uma proporção bem maior que o turismo internacional. Tal fenômeno é explicado pela valorização do real frente ao dólar, que torna as despesas dos

estrangeiros no País maior, diminuindo o fluxo de viagens internacionais. Em contrapartida, o crescimento da renda real dos brasileiros nos últimos anos contribuiu para que as famílias pudessem incluir passeios turísticos na sua cesta de consumo e, sendo o Brasil um País de múltiplas culturas e paisagens, o turismo nacional é uma alternativa atrativa e de menor custo para a classe média brasileira. O reflexo disto foi que em 2009, o desembarque de navios turísticos e passageiros de voos comerciais nacionais cresceu em relação ao primeiro semestre de 2011.

O mercado de trabalho, impactado pelo bom desempenho econômico, descreveu a evolução no número de novos postos de trabalho. A nível nacional houve aumento nas contratações de todos os setores econômicos. Entretanto, em Alagoas a situação foi contrária, pois houve decréscimo no volume de postos. A indústria sucroenergética tradicionalmente apresenta redução nas contratações no período analisado, visto que a moagem da cana encerra-se no primeiro semestre. Em contrapartida, a construção civil e o setor de serviços apresentaram números positivos, que contribuíram para uma queda menos acentuada no setor.

Por fim, o desempenho das finanças públicas também foi beneficiado com o bom momento do mercado de trabalho e estímulo ao consumo. Assim, a arrecadação de impostos cresceu principalmente na esfera federal, e por consequência os repasses a Estados e Municípios aumentaram em relação ao mesmo período do ano anterior, contribuindo positivamente na composição das receitas. Em relação às despesas, o crescimento não foi tão significativo: o maior controle exercido principalmente pela Lei de Responsabilidade Fiscal não permite a Estados e Municípios gastarem além do programado. Em Alagoas, observa-se a forte influência dos Repasses federais (FPE e FPM). Dada a quase ausência de dinâmica econômica no Estado, o aumento dos repasses incidem diretamente na economia dos municípios, principalmente os de menor porte.

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que a conjuntura econômica alagoana no primeiro semestre de 2011 foi bastante equilibrada. O bom momento da economia brasileira, reflexo da gradual recuperação econômica internacional, e as medidas macroeconômicas adotadas foram os principais fatores que explicam os bons resultados Nacional e Estadual.

